

Projecto para o novo Museu Académico e Residência de Estudantes
O papel do antigo Hospital Real na estratégia de requalificação da
Baixa de Coimbra

FÁBIO Gil SOUSA

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA
Sob orientação do Professor Doutor António Lousa

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Coimbra, Julho 2011



Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Lousa pelo importante acompanhamento prestado ao longo desta dissertação.

À família pelo apoio incondicional em todas as alturas.

Aos amigos, especialmente os de Coimbra, por estarem sempre presentes em todos os momentos ao longo do curso.

Introdução	5
Capítulo I – Centros Históricos	
Problemática dos Centros Históricos	11
Bases para uma requalificação	19
Espaços públicos urbanos	25
Capítulo II – A Baixa de Coimbra	
Área de estudo	33
Da origem ao século XIX	35
Durante o século XX	49
A Baixa actualmente	49
Capítulo III – Princípios Projectuais	
Delimitação da área de intervenção	65
Praça do Comércio	69
Programa	77
Hospital Real	81
Capítulo IV – Desenvolvimento do Projecto	
Conceito base	93
Preexistências	95
Implantação	99
Distribuição programática	103
Espaço público / privado	109
Desenhos	113
Conclusão	125
Bibliografia	133

Introdução

As dificuldades que os Centros Históricos enfrentam actualmente, e que têm contribuído para o seu crescente processo de degradação, representam um panorama cada vez mais conhecido por todos. Na sua grande maioria, os centros históricos das cidades têm vindo a perder o seu cariz central em prol das periferias, esta alteração, tem contribuído para um conjunto de graves problemas com reflexos nas questões urbanas e sociais.

Esta dissertação procura investigar os factores que têm conduzido os Centros Históricos a um progressivo declínio, e reflectir sobre as condicionantes que lhe deram origem e quais as suas consequências. Não deixa também de fazer referência ao que poderá ser um conjunto de processos a adoptar, de forma a contrariar a evolução negativa que se tem vindo verificar.

Neste contexto, o primeiro capítulo “Centros Históricos”, procura evidenciar e clarificar uma série de patologias inerentes à problemática desta dissertação. Desde as alterações físicas, sociais e económicas, traduzidas principalmente pelas dificuldades do comércio tradicional, de acessibilidade, de condições de habitabilidade, de falta de elementos atractivos, ou até questões

relacionadas com a própria segurança, são elementos que contribuem para diagnosticar aquilo que será a problemática destes Centros.

É feita uma análise das políticas de intervenção para estas áreas antigas, que vão desde a contradição da conservação/ demolição, registada ao longo dos últimos anos, até ao “conservar renovando” defendido por Nuno Portas.

Refere-se ainda a importância de recuperar as áreas antigas, paralelamente com o que será o objectivo de renascer a cidade como um todo. Neste processo o espaço público urbano assume uma importante posição, quer pela transmissão de noção de identidade, quer pela relação que possibilita desenvolver entre o indivíduo e a cidade.

No segundo capítulo “A Baixa de Coimbra” é feita a transposição da temática desenvolvida no capítulo anterior, para o que será uma situação em concreto. É então delimitada a área de estudo, e tem lugar uma contextualização da zona em causa, a Baixa de Coimbra. O estudo incide na sua evolução histórica, desde a origem, passando por inúmeros acontecimentos históricos, que contribuíram para a definição da malha urbana da Baixa, até aos dias de hoje.

É também feita uma análise sobre a actual situação da Baixa e o que está a ser feito de forma a combater o aumento da degradação urbana, nomeadamente por parte do município, com o programa da Sociedade de Reabilitação Urbana.

O terceiro capítulo, “Princípios projectuais”, marca a transição do conteúdo teórico do trabalho para a sua vertente prática. Aqui é justificada a delimitação da área de intervenção, sobre a qual o projecto prático vai incidir. É dada especial atenção à Praça do Comercio como elemento fundamental na requalificação da Baixa, e são delineados os conceitos programáticos que possam servir de base a uma estratégia de intervenção.

A requalificação do edifício do antigo Hospital Real, e consequente transformação em residências de estudantes e Museu Académico, surge como

um programa capaz de contribuir de uma forma decisiva para o início da requalificação de toda a Baixa.

O quarto e último capítulo, "Desenvolvimento do projecto", clarifica os conceitos base da intervenção. É feita uma reflexão sobre a forma de intervir em centros históricos, seguida pelo estudo das preexistências de elementos espaciais ou arquitectónicos relevantes, na área destinada ao projecto.

Depois de as bases estarem devidamente assimiladas, o texto segue em sintonia com o desenvolvimento de um projecto de estudo prévio, onde é abordada a problemática da implantação, seguida pela argumentação da distribuição programática, e pela relação desenvolvida pelo edifício proposto, em torno do tema espaço público/privado.

Para finalizar, esta dissertação vem devidamente acompanhada por elementos desenhados, reveladores dos conceitos retirados ao longo do conteúdo teórico exposto neste trabalho, que acabam por se traduzir de uma forma prática na elaboração de um projecto de estudo prévio para o novo Museu Académico e residências de estudantes.



Imagem 1- Centro Histórico do Porto

Capítulo I - Centros Históricos

Problemática dos Centros Históricos

“O conceito de centro e periferia tem hoje de se adaptar à realidade, que nos mostra que os centros urbanos actuais tendem a estabelecer-se em áreas bem fornecidas de transportes e de empregos nos serviços ou indústrias, quando complementados com comércio atractivo e condições de segurança medianas, e as periferias estão cada vez mais onde os transportes não vão, onde o comércio se deixa ultrapassar e não consegue atrair as quantidades mínimas de clientes que justificam a manutenção das melhores lojas, onde as pessoas deixam de habitar por ausência de serviços, de segurança, de condições de habitabilidade e ambiente urbano”.¹

Nas últimas décadas, um pouco por todo o lado, os centros históricos têm vindo a perder o seu cariz nuclear. *“Hoje, o centro histórico pode ver-se transformado, em termos funcionais, naquilo que era para nós, ainda a alguns*

¹ URBE - Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção _ A Gestão Do Centro Urbano: Tomo I, A Triunfadora, Lisboa, 2002, pg5

anos, a periferia característica."² Aspectos que afectam a dinâmica urbana, como as dificuldades na acessibilidade, a perda de elementos atractivos e polarizadores, a degradação das condições de habitabilidade e por vezes a falta de animação e beleza dos locais contribuíram para o sucessivo declínio das grandes diferenças dos centros relativamente às periferias, que segundo Carlos Balsas, centravam-se nas suas multifuncionalidades e nas misturas orgânicas de funções.³

Por consequência, os centros históricos enfrentam graves problemas com reflexo nas questões sociais e urbanas, como o abandono das habitações, a falta de oferta de emprego, a precariedade e desajuste comercial, e até mesmo a falta de actividades de recreio, lazer e cultura.

É possível então destacar três tipos de alterações, que estão directamente relacionadas e que têm vindo a contribuir para o declínio dos centros históricos. Estas alterações traduzem-se na dificuldade para manter a boa forma física do edificado em geral, e no enfraquecimento do número de população residente. Aspectos que no limite, podem originar uma segregação e empobrecimento, que acabam por contribuir para uma posição de desvantagem, quando relacionados com outros centros urbanos.

Em primeiro lugar, as alterações físicas, destacam-se as dificuldades que os edifícios enfrentam, e as questões de acessibilidade. Em relação aos edifícios, diz respeito não só ao estado de conservação em que se encontram, muitas vezes em más condições ou até devolutos, mas diz também respeito às suas dimensões. Geralmente muito condicionadas aos seus reduzidos lotes, tornam difícil em caso de intervenção, uma adaptação às características dos novos padrões de exigências, bem como o suporte dos custos acrescidos de qualquer

² URBE - Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção _ A Gestão Do Centro Urbano: Tomo I, A Triunfadora, Lisboa, 2002, pg5

³ Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades, Artecomposta, Lisboa, 1999, pg51

tipo de requalificação ou revitalização por parte do proprietário, ou mesmo na dificuldade de corresponder as legislações em vigor.

As próprias alterações dos fluxos de circulação, ou do decréscimo de importância da área onde estão implantados, contribuem para que alguns edifícios percam o protagonismo ou a importância que retinham antes. Este factor pode originar uma constante evolução no estado de degradação, e como consequência, uma imagem urbana que contribui para um ambiente precário.

No que diz respeito às questões relacionadas com a acessibilidade, é possível de certa forma atribuir-lhe uma grande parte da responsabilidade na decadência dos Centros Históricos.

Para este facto em muito contribuiu o exponencial aumento do número de automóveis privados, originando graves problemas de congestionamento, dificuldade de circulação e ainda mais dificuldades na procura de áreas disponíveis para estacionamento.

Estes são problemas flagrantes quando confrontados com a malha dos Centros Históricos, muitas vezes de características medievais. No entanto, é de considerar, que esta é uma questão vital para o melhoramento futuro destas áreas.

Em segundo lugar, surgem as alterações sociais, originadas pelo sucessivo desinteresse pelos Centros Históricos. Perante as dificuldades de acessibilidade e as más condições de habitabilidade, a população residente tende a procurar zonas periféricas para se fixarem, uma vez que responde melhor às suas necessidades.

Para este facto contribui também a ausência de elementos de atracção e de diversidade e a perda de animação/beleza local, que *“está também a verificar-se em diversos centros das cidades portuguesas, o que se deve principalmente ao facto de serem áreas históricas com edifícios antigos, por*



Imagem 2 - Rua das Azeiteiras, Coimbra

vezes ruas muito estreitas, com uma população de baixos rendimentos que não pode suportar as obras para tornar o local mais atractivo”⁴

Como resultado assiste-se cada vez mais a uma população residente relativamente idosa e de baixos recursos económicos, que habita num centro que vai perdendo sucessivamente a sua multifuncionalidade e que acaba apenas por ser composto pela função residencial e pelo pequeno comércio tradicional, que funciona durante o dia, e que não constitui um elemento de atracção nem à noite nem aos fins-de-semana. Cada vez mais as ruas carecem de circulação de pessoas, o que gera um ambiente de insegurança e que contribui para um aumento da criminalidade, ou actos de vandalismo.

Em terceiro e último, surgem as alterações económicas. Uma vez que os Centros Históricos estão a perder habitantes, as ruas encontram-se cada vez menos movimentadas e os edifícios carentes de requalificações profundas. Estas alterações levam a que investidores económicos, e comerciantes percam sucessivamente a confiança e o espírito promotor, dando preferência a outras áreas mais rentáveis.

Neste contexto é também importante referir que “a actividade comercial na Europa tem vindo a atravessar um processo de mudança”, e que “as principais causas resultam da internacionalização da actividade comercial e de profundas transformações económicas, sociais e geográficas no contexto em que os comerciantes e os consumidores estão inseridos”.⁵

Este caso diz respeito a novos formatos comerciais, nomeadamente os centros comerciais periféricos, que oferecem uma grande variedade de produtos a preços muito competitivos, concentrados num ambiente confortável e dotados de boas condições de acessibilidade.

Em contraste, o comércio tradicional enfrenta muitas vezes problemas com acessibilidade, horários inadequados, problemas de atractividade e o

⁴ Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades, Artecomposta, Lisboa, 1999, pg55

⁵ Balsas, Carlos_ Op.cit. pg25

próprio ambiente urbano degradado em que se encontra inserido. Estas circunstâncias têm levado ao sucessivo encerramento de estabelecimentos de comércio tradicional nos Centros Históricos agravando ainda mais a degradação urbana, uma vez que para Carlos Balsas, o comércio a retalho é uma componente essencial da vivência urbana, e que o seu planeamento é crucial para manter a habitabilidade no centro das cidades.⁶

É possível concluir, que estes três grupos de alterações que aqui desenvolvemos genericamente, contribuem para as constantes dificuldades com que os Centros Históricos se têm vindo a deparar. Mais importante que perceber qual o tipo de derivação entre elas interessa saber, como refere Kevin Lynch, que a qualidade de um local se deve ao efeito conjunto do local e da sociedade que o ocupa.⁷

Bases para uma requalificação

Tendo em conta os problemas que os Centros Históricos enfrentam ao longo dos últimos anos, e perante a necessidade de tomar medidas, as políticas para as áreas antigas têm tido diferentes nomes e que por vezes, chegaram mesmo a ser contraditórias. Segundo Nuno Portas, há 20 ou 30 anos, falava-se de “conservação” e de “restauro”, impedindo qualquer tipo de modernização do seu ambiente, quando se defendia que as áreas antigas monumentais devessem ser conservadas e restauradas. No entanto, pela mesma época também se falava em “renovação” ou “renovação urbana”, o que deu origem às maiores devastações de áreas antigas em centenas ou milhares de cidades por todo o mundo, e que resultou em inúmeras demolições para dar lugar a grandes vias, viadutos, aparcamentos e novos edifícios de habitação e escritórios.⁸

⁶ Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades, Artecomposta, Lisboa, 1999, pg28

⁷ Lynch, Kevin _ A Boa Forma Da Cidade, Edições 70, Lisboa, 1999, pg111

⁸ Portas, Nuno _ Os Tempos Das Formas, Volume I: A Cidade Feita e Refeita, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2005, pg155



Imagem 3 - Requalificação da zona histórica do Porto

Após várias contradições nas estratégias definidas para intervir nos Centros Históricos, *“curiosamente, a política do desenvolvimento capitalista conseguiu juntar o útil ao agradável: a conservação para o turista de algumas áreas monumentais ou mais típicas, lado a lado com o bota-a-baixo da renovação cujo motivo principal era a valorização da renda fundiária pelo processo de substituição do antigo pelo novo.”*⁹

Para Nuno Portas, a política de intervenção passa por uma recuperação física e por uma reutilização social do parque de edifícios existentes. Propõe o tema de “conservar renovando”, que se opõe à ideia de que as áreas antigas são museus mortos, para o turista passear, ou áreas para as maiores valias sem proveitos para as colectividades. As palavras de ordem são assim “recuperar”, “reabilitar” e “revitalizar” as partes antigas das cidades, constantemente sujeitas a deteriorização e a mudanças de usos. Este tipo de intervenção tem como objectivo o “renascimento” das cidades como um todo, não só a componente física e a sócio-económica, mas também a vertente cultural, histórica e política, de forma a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.¹⁰

O objectivo é melhorar as condições relacionadas como a habitabilidade e a sustentabilidade da comunidade local, através de oportunidades de emprego, condições para uma boa prática comercial, espaços de recreio e lazer e a garantia de serviços de apoio a todos os grupos sociais que aí residem, trabalham, fazem compras ou simplesmente visitem estas áreas.

Ao falar de uma política de intervenção que passa pela “revitalização” dos Centros Históricos sem os destruir, é vital proceder a uma análise, destinada a perceber quais os espaços passíveis de reutilizações e que possam ser considerados património que tenham ou possam vir a ter um valor económico e social, quer sejam jardins, praças, ruas, edifícios, ou quarteirões. É importante também perceber, que *“o valor de uma área antiga não é apenas o dos edifícios: é um valor de localização ou de centralidade para os que lá trabalham, moram*

⁹ Portas, Nuno _ Os Tempos Das Formas, Volume I: A Cidade Feita e Refeita, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2005, pg156

¹⁰ Portas, Nuno_ Op.cit. pg156

ou podem vir a morar; é o valor da infra-estrutura já instalada mesmo se, nalguns casos, carente de reforma; é o valor acumulado de investimentos de milhares de cidadãos proprietários ou não nas suas casas, nas suas lojas, nos seus armazéns ou oficinas."¹¹

Tendo em conta os inúmeros factores que intervêm num Centro Histórico, a conservação do património não deve dizer respeito apenas a um "congelamento", mas sim na renovação contínua das estruturas existentes, com base numa intervenção que se revele a melhor opção para cada caso.

É então necessário, realizar um processo de reflexão e decisão sobre o centro urbano a intervir, no qual, para Carlos Balsas será indispensável trazer à participação diversos intervenientes ou interessados, como o caso dos serviços municipais, e dos restantes serviços públicos envolvidos, mas também é importante a presença dos agentes privados com interesses no centro urbano, como o caso de associações empresariais, comerciais ou industriais, ou outro tipo de associações quer sejam de cariz religioso, desportivo ou cultural, ou até bancos, segurados, grandes estabelecimentos comerciais, outros grandes empregadores, ou até jornalistas e outros residentes. Neste caso, é indispensável o conceito de uma ideia comum, da qual resulte um projecto para o centro urbano no seu todo, e que responda a questões partilhadas pelos vários interesses.¹²

Neste processo de "revitalização", são vários os factores que definem a qualidade de um Centro Histórico e que reflectem a atractividade e a capacidade competitiva. Destaca-se o sistema de mobilidade, incluindo acessibilidade, estacionamento, redes de transporte, áreas pedonais e ciclovias, rede comercial e respectiva logística, espaço público urbano, informação pública, iluminação, segurança, imagem, eventos, qualidade de atendimento, modo de tratamento e atenções existentes para com as crianças, deficientes e idosos. Quando estes

¹¹ Portas, Nuno _ Os Tempos Das Formas, Volume I: A Cidade Feita e Refeita, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2005, pg157

¹² URBE - Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção _ A Gestão Do Centro Urbano: Tomo I, A Triunfadora, Lisboa, 2002



Imagem 4 - Centro Histórico de Lisboa

factores estiverem perante uma boa gestão e organização, as intenções de investimento, quer seja do ponto de vista comercial, turístico, imobiliário ou terciário, tendem a aumentar e que conseqüentemente contribuirá para uma melhoria da saúde do centro e para a criação de novas oportunidades.

Um correcto processo de “revitalização” dos Centros Históricos, segundo Carlos Balsas, contribui para inúmeras melhorias, relacionadas com a qualidade urbana da cidade. Delas é possível destacar a ideia consensual de identidade e espírito de comunidade, que valorize o carácter e história da cidade, e que possa ser preservado para gerações futuras. A promoção da actividade económica é também um importante aspecto na variedade e número de ofertas de emprego, o que naturalmente irá contribuir para um aumento da riqueza e investimento local. É também importante prevenir o declínio urbano, através da reutilização de edifícios existentes de forma a conseguir um crescimento urbano sustentável, e melhorar a gestão da esfera pública, para que sejam lugares limpos, seguros e acessíveis a todos.¹³

Espaços Públicos Urbanos

“As cidades, organismos vivos, possuem uma linguagem própria, contém caracteres específicos, definem espaços originais, albergam gentes das mais variadas proveniências e com diferentes formas de pensar, e são habitadas por pessoas que as personalizam.”¹⁴

A cidade é o resultado de um conjunto de vários lugares com sinais e características únicas. Desses lugares espera-se o estabelecimento de uma linguagem, que comunique e interaja com quem a habita.

Todos os dias as pessoas contribuem para que a cidade seja um organismo vivo, em permanente transformação e desenvolvimento, são também

¹³ Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal, a necessidade de uma Nova Gestão Urbana, C. M. Póvoa de Varzim, Lisboa, 2001, pg8

¹⁴ Nunes, Mário _ Baixa de Coimbra, Uma viagem no Tempo – Actas do 1º encontro sobre a Baixa de Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 1995, pg43



Imagem 5 - Baixa de Lisboa

importantes portadoras de sinais da contemporaneidade, mesmo que com origens antigas, as pessoas transmitem ao espaço os sinais do seu tempo, dotando a cidade com memórias que se estendem por gerações.

Há aqui uma importante relação, que, se por um lado a cidade transmite às pessoas uma noção de identidade, por outro lado, as pessoas também conferem à cidade os sinais que lhe são característicos. Desta dialéctica espera-se um resultado de equilíbrio entre o Homem e o espaço.

As cidades nunca deixaram de espelhar o estado da sociedade, e como construções humanas, ajustam-se constantemente às exigências do Homem, o que contribuiu para constantes transformações no plano social, económico e cultural. No processo evolutivo da cidade, destaca-se a transição para o período industrial ou o período moderno do século XX, onde se sucederam inúmeros acrescentos e alterações no espaço urbano, o que resultou uma justaposição de camadas históricas, com marcas e sinais de constantes intervenções. *“Cada cidade, assim é depositária de uma memória que lhe há-de marcar indelevelmente o seu futuro”, e é “sobretudo casuística, inesperada, irracional e emotiva, pois é feita pelo Homem.”*¹⁵

É possível considerar que a cidade é constituída por pessoas, ruas, edifícios, espaços abertos e espaços fechados, e que neste conjunto o espaço público urbano assume um papel de território de partilha colectiva, e de elemento transformador. Pode então surgir como um indicador do estado da cidade, no que diz respeito à sua estrutura física, à composição e funcionamento das comunidades urbanas, à sua dimensão económica e política, às alterações das estruturas urbanas e até às transformações sociais e tecnológicas.¹⁶

Neste contexto, como sugere Jorge Manuel Gonçalves, parece ser particularmente útil a ideia de olhar para a relação entre o indivíduo e o espaço, público e colectivo, como um jogo de espelhos, em que o utilizador tem de se

¹⁵ Gonçalves, Jorge _ Os Espaços Públicos na Requalificação Física e Social da Cidade, Universidade Lusitana Editora, Lisboa, 2006, pg44

¹⁶ Gonçalves, Jorge_ Op.cit. pg28-29

rever no espaço onde se julga melhor enquadrado e sinta mais valorizado socialmente.¹⁷

Ao falar de cidade é importante abordar os espaços de troca, de circulação, de relações, tensões e conflitos, e nesse aspecto o espaço urbano público assume uma multifuncionalidade determinante na boa forma da cidade, e contribui para a possibilidade da realização de um conjunto diversificado de actividades sociais, lúdicas, culturais e desportivas.

Nesta perspectiva, os espaços públicos urbanos, como responsáveis pela manifestação da vida e animação, são elementos decisivos na produção de um “todo” que é a cidade. Neste conjunto as ruas reflectem uma vivência urbana, independentemente das formas, mais tortuosas ou regulares e constituem um importante retracto da evolução cronológica do seu espaço urbano.

Inevitavelmente tem que se destacar as ruas e as praças, não podemos apenas falar de locais de passagem ou de estar, mas têm que ser encarados como espaços rodeados por planos, quer sejam as fachadas dos edifícios envolventes, quer seja o próprio plano do pavimento, que juntos atribuem ao espaço uma ideia de unidade e características indissociáveis da cidade em que estão inseridos.

A implementação de equipamentos, como o caso de mobiliário urbano, também pode contribuir para um aumento de reacções, ou sentimentos de fixação e apropriação por parte dos habitantes, *“o mobiliário urbano, os elementos visuais, o ritmo, a textura, a luz e a sombra são elementos importantes na definição do carácter da rua, surgindo de uma relação causa efeito.”*¹⁸

No que diz respeito à ideia de qualidade de espaço público está inevitavelmente associada a ideia de segurança. O sentimento de apropriação e relação depende do nível de conforto, e de degradação da estrutura envolvente.

¹⁷ Gonçalves, Jorge _ Os Espaços Públicos na Requalificação Física e Social da Cidade, Universidade Lusitana Editora, Lisboa, 2006, pg57

¹⁸ Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal, a necessidade de uma Nova Gestão Urbana, C. M. Póvoa de Varzim, Lisboa, 2001, pg38



Imagem 6 - Praça do Comércio, Coimbra

Neste caso é de extrema importância que o espaço público seja capaz de reflectir as condições físicas, sociais e ambientais necessárias e que possam transmitir um sentimento de identificação aos seus habitantes.

Caso esta relação entre o espaço público urbano e os utilizadores não se verifique, as ruas e praças podem cair em desuso, ser cada vez menos frequentadas o que vai inevitavelmente contribuir para um estado de degradação do espaço físico e que vai dar origem também a uma degradação de carácter social. Neste sentido os espaços menos frequentados vão transmitir um sentimento crescente de insegurança e que contribui para uma das grandes contradições da sociedade, que constantemente refere a importância dos direitos do Homem, da liberdade e da fácil circulação de pessoas, mas que no fundo muitas vezes os habitantes para garantir a sua própria segurança, têm receio de sair das suas casas e circular e habitar livremente o espaço público, que está constantemente associados a actos violência e criminalidade.

Por fim, os espaços públicos urbanos são elementos essenciais na requalificação dos Centros Históricos. As características que possuem e que são transmitidas a quem os habita são elementos incontornáveis na definição do ambiente do urbano.



Imagem 7 - Vista aérea da zona histórica de Coimbra

Capítulo II - A Baixa de Coimbra

Área de estudo

De forma a transpor para um caso concreto as dificuldades que inúmeros Centros Históricos enfrentam na actualidade, foi definida a Baixa de Coimbra como objecto de estudo caso. Portadora de uma rica e longa história, a sua composição urbana, revela traços e patologias de interesse acrescido para a realização deste trabalho.

Foi então delimitada como alvo de estudo, a área que engloba o espaço compreendida entre as Ruas Visconde da Luz/Ferreira Borges, Avenida Emídio Navarro, Avenida Fernão Magalhães, e a Rua da Louça, o que tem como resultado uma zona razoavelmente homogénea e de características semelhantes.

Esta área abrange uma grande parte das zonas definidas pela Sociedade de Reabilitação Urbana como sendo particularmente críticas na Baixa, das quais foi considerado desnecessário a presença neste trabalho do Terreiro da Erva e do Canal do Metro Ligeiro, visto serem realidades diferentes, que já estão actualmente a ser alvo de intervenções em curso pela SRU.

Da origem ao século XIX

“Para a construção da história do urbanismo de uma cidade a realidade é a sua melhor fonte, mas a sua análise exclusivamente morfológica ou, se quisermos, formal, acaba por a tornar excessivamente permeável à manipulação de quem se propôs fazê-la, independentemente do recurso a metodologias mais ou menos rígidas e experimentadas. A informação nunca é completa ou até suficiente, mas só uma História de base científica e de tempo longo pode fornecer à análise morfológica dados com o rigor necessário para se atingirem os fins a que se propõe.”¹⁹

Para melhor compreender a realidade urbana de uma cidade, mais do que apenas proceder a uma análise morfológica ou formal, é necessário primeiramente conhecer a história que contribuiu para a sua formação e consolidação ao longo do tempo. Parece então de extrema importância, compreender o conjunto de factores que no seu somatório levaram ao resultado urbano a que nos propomos analisar, neste caso, a actualidade da Baixa de Coimbra.

Surge assim, a necessidade de fazer uma breve exposição de alguns factos ou acontecimentos que levaram à formação e evolução do aglomerado urbano, que hoje simpaticamente é chamada de Baixinha.

Segundo Walter Rossa, o urbanismo de uma cidade nunca é apenas condicionado pelo processo histórico de que é protagonista a par com o seu território. Para além do homem, o espaço natural, como principal infra-estrutura de qualquer cidade, é determinante.²⁰

Aparentemente foi com base nestes princípios que se estabeleceu o primeiro núcleo populacional na colina onde actualmente está implantada a Alta

¹⁹ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg7

²⁰ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg12



Imagem 8 - Coimbra em 1566

da cidade. A estrutura urbana remonta ao período romano, e o sistema principal para a sua formação foi simples. Implantada num monte a 90 metros de altura, *Aeminium* ocupava uma posição estratégica, e tinha em seu benefício excelentes condições topográficas favoráveis à defesa.

Disponha também de uma posição elevada sobre o Mondego, um rio navegável e uma importante via de comunicação, que tinha em Coimbra a sua principal paragem antes de se estender pela planície até à foz. Outra grande via, a *Olisipo-Bracara-Augusta*, passava junto ao sopé da colina e representava um importante itinerário de rede viária, desta forma, duas vias, uma fluvial e outra terrestre contribuíram não só para a formação da cidade, mas também se revelaram fundamentais no desenvolvimento de toda a sua estrutura urbana ao longo do tempo, desde a sua origem até aos nossos dias.

Apesar das condições naturais do terreno, inicialmente a cidade ter-se-á desenvolvido numa estrutura urbana apoiada no modelo romano dos dois eixos principais, adaptando-se às condições da colina, e estaria "*cingida na perfeição por boa cintura murada*."²¹ É possível considerar que no espaço urbano *Intra-muros*, estava reunido o que seria o centro da vida comunitária, administrativa e defensiva da cidade.

Durante o período romano e, apesar de alguma tendência em ocupar áreas mais baixas junto ao rio na procura de uma maior relação com as duas principais vias de comunicação, a cidade continuou a ser desenvolvida essencialmente na colina, não só por questões relacionadas com a segurança mas também motivada pelas próprias cheias do rio Mondego.

Na Idade Média a Alta foi perdendo gradualmente a sua ocupação em detrimento da Baixa, nomeadamente para o lado Poente da colina e foi invadindo progressivamente a faixa de terreno que se estende ao longo do Mondego. Desta forma definiram-se duas áreas distintas e delimitadas, a Almedina na zona alta e o Arrabalde na zona baixa.

²¹ Martins, Alfredo _ Esta Coimbra..., in *Cadernos de Geografia*, nº1, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, F.L.U.C., 1983. pg50

No entanto, até à sua consolidação urbana, a Baixa passou por inúmeras adversidades, não só no que diz respeito às “batalhas” com o nível das águas do Mondego, onde *“a mobilidade do limite fluvial foi uma das principais condicionantes, senão mesmo A condicionante específica, do desenvolvimento urbanístico de Coimbra”*²², mas também importantes acontecimentos ao longo da história como as invasões bárbaras no século V, a conquista da cidade por parte dos visigodos aos suevos no início do século VII ou pelo domínio muçulmano iniciado no século VIII e que perdurou por mais de três séculos, apenas interrompido por um breve domínio cristão em 878, até à reconquista definitiva em 1064. Tais acontecimentos revelaram-se importantes factores de condicionamento quer para a expansão quer a própria consolidação da forma urbana de Coimbra fora das muralhas da Alta.

Embora a paz ainda não fosse garantida, com a reconquista da cidade por parte dos cristãos, as razões defensivas deixaram de fazer tanto sentido, teve assim início, uma nova fase especialmente para o Arrabalde. A vida ia retornando a normalidade e a zona ribeirinha voltava a ganhar importância.

A fixação inicial da população na Alta não demorou até ultrapassar os limites da muralha em direcção à zona ribeirinha. Beneficiada pela sua posição estratégica, a baixa da cidade, situada à beira rio e junto da antiga estrada romana, encontrava estímulos para um rápido desenvolvimento motivado pela facilidade de circulação, condições propícias a intensas actividades mercantis e sociais.

A antiga estrada romana, a Olisipo-Bracara-Augusta surge assim com um importante papel na formação e organização urbana. Não só como canal de ligação e encontro entre as populações, mas também como ferramenta no processo de assentamento e aglomeração do sistema urbano nacional.

Esta via, entrava na cidade através de uma antiga ponte romana, tinha passagem pelo Largo da Portagem e segundo diversos autores, seguia o traçado

²² Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg34-35.



Imagem 9 - Actual rua Ferreira Borges, rua Visconde de Luz, Coimbra

da actual rua Ferreira Borges, rua Visconde de Luz e sairia em direcção ao norte pela Rua Direita.

Ainda hoje o que terá sido a grande via *Olisipo-Bracara-Augusta* constitui um importante eixo, não só com influência na própria malha da zona baixa da cidade, mas também como elemento separador do início da zona alta.

No entanto, a formação e consolidação urbana na Baixa não teve apenas como premissas o rio e a via romana. A implantação das agregações das Ordens religiosas através da fixação das primeiras igrejas extra-muros ao longo de importantes eixos viários, acabaram por se revelar importantes estruturas organizadoras do arrabalde. Geraram importantes aglomerações em torno das novas igrejas e ter-se-ão consolidado as primeiras ruas que demandavam ao rio, bem como o surgimento de uma tipologia urbana composta por terreiros e adros, propícios a trocas, encontros e manifestações culturais e religiosas.

Destaca-se assim a edificação da igreja de S. Bartolomeu, em plena zona baixa da cidade junto à actual Praça Velha e que se tornou um importante ponto de apoio aos viajantes, no lado oposto da praça e igualmente relevante foi a edificação da primitiva igreja de S. Tiago. Cerca do ano 1100 deu-se a construção da igreja de Santa Justa no actual terreiro da Erva, e em 1131 inicia-se a construção do Mosteiro de Santa Cruz. Estes quatro pólos deram um importante contributo para a organização habitacional e para o desenvolvimento urbano do Arrabalde.

Com a reconquista da linha do Tejo e conseqüente transferência da capital acompanhada pela corte para Lisboa, o interesse da nobreza em viver junto aos paços reais vai-se perdendo, segue-se a troca dos seus solares por grandes quintas nos arredores da cidade.

A Almedina foi assim progressivamente trocada pelo Arrabalde, abandono tal que levou D. Fernando no século XIV e numa tentativa de evitar a desertificação da Alta, a conceder várias isenções e privilégios aos seus moradores. No entanto estas medidas mostraram-se insuficientes, e os

habitantes continuaram a sua deslocações para a baixa, onde *“O arrabalde era a cidade dos negociantes, dos artificies, dos agricultores, do povo humilde, dos miseráveis”*²³. Por sua vez, na zona alta *“A cidade era quase silenciosa. Habitavam-na os bispos, os cónegos, a maioria dos fidalgos e alguns burgueses de grossos cabedais”*²⁴.

Como exemplo da crescente importância da Baixa em detrimento da Alta, é referido num documento de 1419, a presença do pelourinho na actual Praça Velha após ter sido transferido a partir do largo da Sé.²⁵ Também por esta altura, já a Câmara e a Casa das Audiências estavam instaladas numa posição mais próxima do Arrabalde.

A transferência de poder e funções para a Baixa reflecte-se particularmente na sua principal praça. Detentora de uma forma alongada, *“é de há muito um dado adquirido que o recinto da Praça velha resulta da aglutinação tardia de dois espaços residuais públicos das igrejas S. Bartolomeu (o adro de trás) e de S. Tiago (o adro cemiterial fronteiro propriamente dito)”*²⁶.

Dotada de uma condição central no tecido urbano da Baixa, e após ter sido denominada pelo infante D. Pedro já no século XV como a Praça da Cidade, passou a receber o mercado que inicialmente se realizava na Alta.

Era agora o espaço central, uma área plana de fácil acesso localizada próximo da porta principal da cidade, da zona intra-muros e da zona ribeirinha. Estavam reunidos os principais serviços comerciais e beneficiava de características espaciais e de acessibilidade para o efeito.

Era aí que diariamente decorria o mercado e concentrava pessoas de todos os lados motivados pelas trocas comerciais. No século XIX, o mercado da

²³ Carvalho, José Branquinho _ Coimbra Quinhentista, in Arquivo Coimbrão, Boletim da biblioteca Municipal de Coimbra, 1947, pg213

²⁴ Carvalho, José Branquinho _ Op.cit. pg53

²⁵ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg461

²⁶ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg442

cidade voltou novamente a mudar de sítio, deixando o antigo espaço comercial com a conotação de “Praça Velha”. Com todas as suas actividades comerciais, no final do século XVI, o poder económico da Baixa superava já o da Alta.²⁷

O crescimento da população nesta zona da cidade, provocou um aumento do número de construções ao longo das ruas existentes. O aglomerado contínuo de ligação entre os adros de Santa Justa, o largo de Sansão e a Praça do Comércio, em conjunto com o Largo da Portagem e a Rua dos Francos, proporcionou a consolidação da estrutura urbana da baixa da cidade.

Também no século XVI, D. Manuel teve um importante papel no processo de reestruturação e consolidação da cidade, que para além da requalificação de ruas, redefiniu a Praça do Comércio com a implantação da Casa da Câmara e do novo Hospital Real. Este último reuniu em si uma grande parte de pequenos hospitais, albergarias e confrarias distribuídos pela cidade e que *“passou de simples estabelecimento de Assistência a Hospital Escolar, Hospital Universitário.”*²⁸

No período medieval a morfologia urbana da Baixa da cidade apresentava uma razoável consolidação. No entanto, o estabelecimento definitivo da Universidade em 1537 veio contribuir para algumas alterações significativas. D. João III levou a cabo várias intervenções, como a reforma do Convento de Santa Cruz, ou a abertura da Rua da Sofia. Esta última representa uma marcante intervenção para a Baixa da cidade. Iniciada em 1536, a nova rua, serviu de suporte para a implantação dos colégios destinados ao ensino superior, e revelou-se um importante eixo viário para o desenvolvimento da Baixa.

Nesta época, a cidade acabou por ter um rápido crescimento demográfico, traduzido no desenvolvimento de novos núcleos urbanos e na expansão da Baixa.

²⁷ Rosmaninho, Nuno _ O Poder da Arte, O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, 2001, Versão Multimédia, pg177

²⁸ Brito, Dr. A. Da Rocha _ Hospitais Portugueses, N°6, Lisboa, 1950, pg31

Posteriormente a abertura da Avenida Sá da Bandeira contribuiu para a ligação entre a parte baixa e a parte alta da cidade e proporcionou novas formas de conexão espacial.

Em 1885 é inaugurada a Estação Nova de Caminhos-de-ferro, esta infraestrutura apesar de se revelar importante para a Baixa, acabou por representar um obstáculo para a expansão urbana e para a relação da zona baixa com rio.

De facto, em relação ao rio inúmeras obras foram feitas ao longo dos séculos na tentativa de definir e manter o seu leito. Como é o caso em 1518 da construção de um cais e de paredões. No entanto, ou por se tornarem obsoletas ou ineficientes, as obras revelaram-se uma constante ao longo dos tempos numa tentativa de resistir à insistente subida do leito do rio e às consequentes inundações. *“Neste quadro de regularização e elevação da faixa de contacto do rio com a urbe, é ainda importante tornar claro que, de forma alguma, se poderá classificar este conjunto de acções como de abertura da cidade ao rio. Tal iria contra o que era comum ao universo urbanístico português até então e o que se prolongaria por bastante mais tempo.”*²⁹

Apesar da importância e do crescimento das actividades portuárias, as frentes ribeirinhas eram lugares de trabalho, pouco relevantes para o espaço público da cidade. *“Ao contrário do que sucedeu em muitas outras cidades espalhadas por todo o mundo, o rio ainda hoje não é um pólo de centralidade urbana.”*³⁰

Posteriormente e já com a regularização do rio, no século XIX foi possível a criação do parque da cidade, a abertura da avenida Navarro e da linha de caminho-de-ferro da Lousã.

²⁹ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg559

³⁰ Rossa, Walter _ Op.cit. pg561



Imagem 10 - Baixa de Coimbra, exemplo da sua malha medieval

Durante o século XX

No início do século XX a Baixa da cidade mantinha o seu carácter medieval e encontrava-se essencialmente definida pelas ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, rua da Sofia e muro de separação entre a cidade e o rio.

Ao longo deste século, com o propósito de requalificar o tecido urbano da Baixa, surgiram várias propostas de intervenções urbanas. Em grande parte, assentavam no prolongamento da Avenida Sá da Bandeira até ao rio, e na demolição de uma parte considerável da malha urbana de características medievais, dando lugar a um traçado menos denso e mais axial. No entanto e por diversos motivos, entre eles económicos, políticos ou sociais, grande parte destes planos acabaram por se revelar inúteis.

Presente nos anexos I, II, III, IV, e V são expostas as características essenciais para uma melhor compreensão destes planos, bem como a época em que foram realizados e quais foram os seus autores.

A Baixa actualmente

A Baixinha de Coimbra, como já foi referido neste trabalho, ainda hoje apresenta traços de um tecido urbano com características medievais. É possível identificar esta morfologia nas suas ruas mais ou menos sinuosas, largos, praças e quarteirões irregulares. A soma de todos estes elementos tem como resultado uma composição urbana coesa, com particularidades ímpares na cidade.

A morfologia urbana segundo uma análise feita por E. De Groer, e que ainda hoje poderemos considerar actual, *“era insalubre, mas de acentuada harmonia de estilo”*³¹ é maioritariamente composta por quarteirões que, propiciam espaço útil nos seus interiores. No entanto, este espaço encontra-se constantemente preenchido por anexos e edificações desqualificadas, o que revela um sério problema. Estas construções desajustadas que preenchem a

³¹ GROER, Etienne De _ Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da cidade de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1948, pg18



Imagem 11 - Baixa de Coimbra, Beco do Romal

totalidade os antigos logradouros, acabam por comprometer a iluminação e ventilação dos edifícios. Os quarteirões massificados e as ruas estreitas acabam por proporcionar um estado de degradação e insalubridade a que o edificado está voltado.

Em relação aos edifícios *“não se encontram em boas condições e na sua grande maioria necessitam mesmo de ser reabilitados.”*³² Geralmente são de três ou quatro pisos, salvo várias exceções como é o caso da malha que envolve a Praça Velha, onde terão naturalmente aumentado a sua altura em relação aos restantes muito provavelmente motivados pela importância que este espaço representou ao longo dos tempos.

Quanto à função, para além de alguns serviços principalmente junto das praças, é maioritariamente dominada pela habitação, muitas vezes complementada com comércio no piso térreo. Em termos sociais *“esta área tem perdido população, abrigando actualmente pessoas relativamente idosas e de baixos recursos económicos,”* o que se traduz *“em rendas baixas que não são suficientes para renovar os edifícios.”*³³

Ao longo destes últimos anos a cidade de Coimbra foi ganhando novos centros urbanos e comerciais periféricos, dotados de melhores condições de habitabilidade, mas principalmente de acessibilidade. Este facto tem relegado a Baixa para um segundo plano, em crescente esvaziamento, e cada vez mais deixada ao abandono.

Ainda que a Baixa tenha sido o grande centro urbano de Coimbra ao longo dos últimos séculos, surge agora a necessidade de adaptar este conceito à realidade.

A falta de estacionamento e difícil acessibilidade ao centro, o receio de assaltos relacionado com as fracas condições de iluminação e pouco movimento de pessoas, nos horários em que o comércio se encontra fechado, e os edifícios

³² Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades, Artecomposta, Lisboa, 1999, pg98

³³ Balsas, Carlos _ Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades, Artecomposta, Lisboa, 1999, pg88

com poucas condições de habitabilidade e mau estado de conservação, conferem cada vez mais à Baixa um carácter de periferia e conseqüentemente um estado de decadência.

Para além da progressiva degradação do edificado, é também importante referir que a Baixa enfrente graves dificuldades na acessibilidade, que somado à descentralização da população para as periferias, proporciona também uma decadência social, reflectida no abandono das habitações, nas dificuldades que o comércio enfrenta e que tem levado cada vez mais a encerramentos e no sentimento crescente de insegurança vivido pelos utilizadores da Baixa.

As dificuldades são evidentes, e têm vindo a ser diagnosticados ao longo dos anos, e desde o início do século XX que têm sido elaborados vários planos que reflectem a necessidade de uma intervenção reflectida e sustentada. É então interessante perceber quais as análises e medidas que a Câmara Municipal tem vindo a por em prática para combater a actual situação a que esta voltada a Baixa de Coimbra.

Neste sentido o município promoveu diversas acções na tentativa de encontrar estratégias capazes de solucionar as patologias que afectam o espaço urbano da Baixa da cidade. Exemplo dessas iniciativas foi a nomeação, a 2 de Fevereiro de 2003, da Comissão Interdisciplinar da Baixa (CIB), à qual coube a tarefa de organizar e realizar a Conferência Internacional sobre a Recuperação, Renovação Urbana, e Social da Baixa de Coimbra, que decorreu no mês de Maio desse mesmo ano.

Em 2005 foi concluído e aprovado pela Câmara Municipal, um relatório elaborado pela CIB, que reunia as conclusões da conferência e que serviu como plano de base programática a assumir como documento estratégico para os projectos a desenvolver no âmbito da Coimbra Viva, Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU).

Coube também à Comissão Interdisciplinar da Baixa a tarefa de acompanhar os trabalhos de levantamento da situação existente na zona da

Baixa, desenvolvidos pela UC, e efectuar um acompanhamento e dinamização de iniciativas de privados que decidissem avançar com intervenções para a zona.

No que diz respeito à Conferência Internacional, contou com a presença de vários especialistas na área da recuperação e reabilitação e desenvolveu-se em torno de 4 temas: 1- Empresas quarteirão e urbanismo de proximidade: estratégias e mecanismos de viabilização e execução; 2 – O Centro Histórico de Coimbra protecção pela valorização; 3 – Gestão e Planeamento da Renovação Urbana: adequação da gestão e planeamento do município; 4 – Sustentabilidade Ambiental e Energética: modernização infra-estrutural.³⁴

Em relação ao projecto de intervenção, de uma forma geral pretendia contribuir para a capacidade de promoção da convivência, da mixidade e proximidade de diferentes classes sociais, funções, actividades e culturas. A participação do habitante é considerado um factor determinante para a identificação com o lugar, este ciclo vicioso, entre o habitante e o espaço, vai proporcionar uma ligação emocional e transmitir um sentimento de responsabilidade, de intervenção, e cuidado.

Neste processo de renovação Urbana é necessária uma interligação a vários níveis e campos de actuação. Esta intervenção tem que ultrapassar os limites físicos, geralmente limitados ao edificado e traduzir-se no desafio que significa uma cooperação a todos os níveis, um conhecimento mútuo, de trabalho, de troca de ideias, de opiniões, de análise e por fim de decisões.

Para a CIB, o projecto de intervenção da Baixa de Coimbra assenta sobre máximas relacionadas com aspectos de carácter físico, mas também com aspectos de carácter social. É realçada a necessidade de criar um espaço de vivência atraente e adequado, que cativa e acolha todas as classes sociais. A sustentabilidade é também um aspecto importante, este factor deve ser garantido pela diversidade e pela proximidade a fim de facilitar a segurança e

³⁴ Texto elaborado com base no relatório desenvolvido em 2005 pela Comissão Interdisciplinar da Baixa.

produzir uma flexibilidade e uma riqueza formal. A questão da mobilidade é fundamental a fim de garantir uma estrutura de redes de transportes que facilite a vida e a circulação diária dos cidadãos.

Neste processo cabe à administração municipal e central a tarefa de iniciar e incrementar os instrumentos necessários para a renovação da Baixa da cidade. Cabe-lhe assim uma reflexão sobre a legislação, a política de actuação no uso do território, a assistência e apoio contra a exclusão social, bem como na política de arrendamento e habitação. Importante também é o seu papel na promoção da economia e do comércio local, de forma a evitar a deslocação da população e das actividades, a fim de contribuir para uma proximidade entre a residência, o trabalho e os tempos livres.

No que diz respeito ao processo de recuperação e renovação urbana e social da Baixa, deve haver um máximo de pessoas e agentes envolvidos nas decisões, e é indispensável um programa claro, que tenha bem definido os seus objectivos e limites.

São então de acrescido interesse as conclusões gerais da Conferência que contou com a presença de um grande número de cidadãos e de reputados especialistas, sobre a Recuperação e a Renovação Urbana e Social da Baixa de Coimbra. Foi então considerado que:

A legislação relacionada com a reabilitação dos Centros Históricos carece de uma actualização de forma a tornar mais eficaz a conjugação de vários meios disponíveis numa intervenção.

A Baixa é entendida como um espaço entre a Alta e o rio, determinante para a afirmação da cidade de Coimbra e portadora de uma identidade e qualidade de vida. Características a que nenhuma intervenção, pública ou privada, pode ficar indiferente a este posicionamento estratégico.

A renovação urbana e social da Baixa vai depender da capacidade de cooperação institucional, não só da Câmara e da Universidade, mas também de outras instituições públicas e privadas, que juntas irão contribuir para a



Imagem 12 - Vista aérea do confronto da Baixa com o rio

reanimação económica e cultural, para a correcção dos desequilíbrios funcionais, e para a recriação de oportunidades e de progresso.

Os mecanismos de regulamentação pública da operação devem ser definidos à partida, mas deverão estar disponíveis às modulações que as circunstâncias recomendem.

Em relação ao património edificado existente, é recomendado um respeito pelas suas morfologias e significados, o que implica delicadas intervenções em zonas a modificar.

E por fim, fomentar a criação de uma imagem de avanço e optimismo pode ter um carácter decisivo no desafio de requalificar a Baixa e que será importante para desencadear as energias necessárias.³⁵

Posteriormente, com a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), e com a definição das zonas consideradas particularmente críticas na Baixa, teve início a primeira fase de intervenção, focada no Terreiro da Erva, no Canal do Metro Ligeiro, e na área compreendida entre ambas.

A sua actuação foi principalmente estruturada em quatro objectivos: dotar a Baixa de boas condições de habitabilidade; contrariar o envelhecimento da população; renovar o conjunto partindo das habitações, estimulando a diversidade de funções e ocupações; contribuir para o incremento do desenvolvimento económico, comercial e cultural.

No estudo base dos critérios gerais da Intervenção inicial, centrada no Terreiro da Erva, incluído o pavilhão Sport Clube Conibricense e o centro comercial da Rua da Sofia, é possível identificar cerca de 20% de fogos devolutos na área da intervenção, o que contribui para um determinado enquadramento estratégico: as condições de atractividade devem estar de acordo com os padrões actuais de qualidade e conforto destinados a todas as classes e estratos sociais e económicos.

³⁵ Texto elaborado com base no relatório desenvolvido em 2005 pela Comissão Interdisciplinar da Baixa.

Uma intervenção qualificada passa por uma manutenção da Baixa no que diz respeito ao seu tecido urbano consolidado, morfologicamente coerente e historicamente enquadrado, no entanto necessita de equipamentos (serviços públicos e privados) que façam parte de uma actualização e que responda às necessidades e solicitações dos habitantes. Serviços desportivos, espaços culturais e principalmente um espaço público de qualidade composto por uma estrutura verde e de lazer.

Por fim cabe ao município um papel de agente regulador do valor dos imóveis, de forma a proporcionar uma oferta igual ao sector privado, e estar atento a transformações imobiliárias, de forma a garantir uma correcta adequação ao processo de reabilitação urbana.

Em relação ao espaço público urbano, e já referido anteriormente neste trabalho como um elemento potenciador da qualidade do ambiente urbano, é também referido no programa de intervenção da SRU, tendo resultado em várias conclusões: como valorizar a malha medieval, o que para isso muito contribuiria a abertura do interior dos quarteirões e que levaria à hipótese de instalação de alguns tipos de equipamentos públicos ou privados; acentuar as continuidades através de um favorecimento de circulação e passagem, de forma a contrariar os espaços “mortos” e inseguros; definir percursos estruturantes, na grande maioria pedonais com o objectivo de articular a Baixa com toda a envolvente; valorizar o património edificado, bem como a toponímica, muito característica e rica; e incentivar o desenvolvimento das actividades artesanais e promover o seu prolongamento para o espaço público.³⁶

Em relação ao rio *“Coimbra manteve-se de costas viradas para ele, sendo a própria morfologia urbanística da Baixa a primeira a evidenciá-lo.”*³⁷

³⁶ Texto elaborado com base no relatório desenvolvido em 2005 pela Comissão Interdisciplinar da Baixa.

³⁷ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg561

A morfologia da Baixa evidencia as suas constantes “batalhas” com o rio ao longo dos séculos, o que contribuiu para que a relação entre os dois seja muito reduzida e em alguns pontos completamente nula. Este tema teve lugar de destaque na avaliação feita pela SRU, onde é realçada a importância de toda a frente do rio que contacta com grande parte da Baixa.

Neste sentido a sua posição deverá ser respeitada e valorizada, de forma a tirar partido da potencialidade da margem ribeirinha, aliada a um espaço público indutor de presença, circulação, convívio, actividades lúdicas e turísticas.

Refere também que é importante promover a presença do peão, valorizando a sua presença em detrimento do automóvel, e forçar também todos os percursos possíveis de ligação entre a Baixa e o rio. Outros aspectos também são importantes, como a ligação da área do parque verde ao Choupal, proporcionando um contínuo verde natural ou promover a animação do próprio rio, através de plataformas com o fim de animação ou hotelaria.³⁸

³⁸ Texto elaborado com base no relatório desenvolvido em 2005 pela Comissão Interdisciplinar da Baixa.



Imagem 13 - Área de estudo

Capítulo III - Princípios projectuais

Delimitação da área de intervenção

Após uma breve análise teórica sobre a problemática dos Centros Históricos, e a evolução urbana da Baixa de Coimbra, surge a necessidade de direccionar este trabalho para o seu pressuposto teórico-prático.

Com a definição da área de estudo já referida anteriormente (a área compreendida entre a Rua Visconde da Luz/Ferreira Borges, Avenida Emídio Navarro, Avenida Fernão Magalhães, e Rua da Louça) teve início a definição de conceitos que pudessem servir de base para a intervenção prática que este trabalho pretende executar.

Com o apoio da realização da análise teórica, e perante a dificuldade de desenvolver um projecto a uma escala mais aprofundada, o primeiro objectivo foi definir a zona onde a intervenção teria o seu principal foco.

O desafio passa por identificar uma zona que enfrente dificuldades na sua saúde urbana, e que em simultâneo, seja detentora de características que



Imagem 14 - Praça do Comércio

possam contribuir para uma regeneração de um ponto de vista global, e que possa contaminar a restante Baixa

Neste sentido a Praça do Comércio foi considerada um elemento chave, não só pelo que representa actualmente na estrutura urbana, mas principalmente pelo efeito potenciador que pode ter para toda a Baixa de Coimbra.

A Praça, que outrora representou o centro da actividade coimbrã, enfrenta actualmente dificuldades comuns a muitos Centros Históricos, e que na ausência de uma intervenção qualificada, pode conduzir a uma penosa e progressiva degradação urbana.

O seu edificado envolvente, apresenta já vários sinais de decadência, alguns por mau estado de conservação, outros por desocupação, e no pior dos casos por se encontrarem devolutos. Para além desta estrutura física, a Praça enfrenta graves alterações sociais, conduzidas por um crescente desinteresse da população, em grande parte motivados pela ausência de elementos de atracção e de capacidade polarizadora.

Outro aspecto importante prende-se com a dificuldade na manutenção dos espaços comerciais, perante a fraca afluência de clientes e a forte concorrência da periferia. O horário de funcionamento dos estabelecimentos (geralmente diurno), e o número cada vez menor de residentes, contribui para que a circulação e permanência de pessoas no espaço público urbano diminua, o que por sua vez vai transmitir um ambiente de insegurança, e contribuir para o aumento da criminalidade.

Perante este cenário, é fundamental intervir de forma a revitalizar este espaço, e que possa contribuir para a valorização das várias vertentes, quer seja social, económica, cultural ou histórica. Para isto é necessário criar condições de atractividade que possam impulsionar a afluência de pessoas à zona da praça, e que culmine com uma maior relação entre os indivíduos e os espaços públicos urbanos.

Para reabilitar uma área antiga, para além de valorizar os edifícios e criar pontos de interesse, é necessário criar bases para que os habitantes possam viver o espaço, de forma a proporcionar vida, animação, circulação, e que culmine com uma ideia de vivência e identidade.

Praça do Comércio

Detentora de um espaço público urbano de grande qualidade e de especificidades ímpares, como foi referido anteriormente, a Praça do Comercio mostrou ser uma área de grande interesse para o desafio de por em prática o conteúdo teórico que foi desenvolvido ao longo deste trabalho.

Actualmente a enfrenta graves problemas que podem ser resumidos pelo sucessivo desenvolvimento da sua decadência urbana, reúne à sua volta, a grande maioria dos pressupostos necessários para uma intervenção, quer da parte das necessidades, quer da parte das potencialidades.

O espaço público actualmente denominado de Praça do Comércio foi anteriormente intitulado de "Praça", "Praça de S. Bartolomeu", e Praça Velha. Para a formação deste espaço de cariz público e comercial que ao longo do tempo foi adquirindo a conotação de praça, muito terá contribuído *"a estruturação de espaço com imediatas potencialidades de vivência urbana"*³⁹, como foi o caso dos núcleos correspondentes às igrejas de S. Tiago e de S. Bartolomeu. Principalmente este último proporcionava uma relação directa com a cidade, através dos seus dois principais acessos, as portas de Belcouse e Almedina.

Entre estas duas igrejas desenvolvia-se um velho trilho romano, dotado inicialmente de indefinidas características urbanas, posteriormente estes dois espaços viriam a resultar numa fusão, que contribuiu para um sentido de continuidade e a respectiva consolidação urbana. *"Pelos meados do século XIII...a*

³⁹ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg392



Imagem 16 - Igreja de S. Tiago

plataforma da praça andaria algo mais abaixo da cota actual, mas não muito, sendo porem menos plana, uma vez que teria de descer um pouco na direcção de S. Bartolomeu."⁴⁰

O que viria mais tarde a ser identificado como a Praça do Comércio, foi então constituída inicialmente por dois elementos distintos, o Adro de São Tiago e a Praça, *"tendo a separá-los a linha divisória ainda agora bem visível, ligando a Escada de Santiago com o topo leste da rua Adelino Veiga.*"⁴¹

A distinção em dois elementos, o adro e a praça, ajuda a perceber o facto de ao longo da história, a actual Praça do Comércio (limitada nos seus extremos pelas duas igrejas), ter tido a denominação de Praça de S. Bartolomeu, mas nunca ter sido feita a referência a uma possível praça com o nome do antigo templo românico de Santiago.

Pontuada nos extremos com a presença destas duas igrejas, a história da Praça, para além do seu cariz comercial fica também associada ao aspecto religioso.

No extremo mais a Norte da Praça, encontra-se a Igreja de S. Tiago, erguida por D. Sancho I nos finais do século XII, representa um importante edifício Românico, do qual se destacam os capitéis das colunas, as arquivoltas e os colunelos muito trabalhados. No entanto este edifício sofreu várias alterações ao longo do tempo, que contribuíram para a adulteração da forma original da Igreja, como foi exemplo em 1546, da instalação da Misericórdia de Coimbra por cima da nave direita ou da amputação da cabeceira motivada pelo alargamento da actual Rua Visconde da Luz em 1858.

Em 1908 teve inicio as obras de restauro da Igreja, com o objectivo de devolver o seu aspecto românico original. Após várias interrupções, o processo de requalificação deu por terminado os trabalhos em 1932, do qual resultou

⁴⁰ Rossa, Walter _ Diversidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pg445

⁴¹ Loureiro, J. Pinto _ Toponímica de Coimbra, Edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1924, pg235



Imagem 17 - Lado nascente da Praça

também um alargamento das Escadas de S. Tiago que permitem a ligação entre a Praça do Comércio e a Rua Visconde da Luz e Ferreira Borges.

No extremo oposto da Praça, está implantada a Igreja de S. Bartolomeu, a sua construção remonta ao século X, no entanto este edifício ao longo da história foi passando por várias alterações. Inicialmente a invocação seria dedicada a S. Cristóvão, mas foi já como igreja de S. Bartolomeu que no século XII em vias de ruína foi alvo de uma remodelação, "como as outras em Coimbra, ficando com três naves de abóbadas, e orientada, como todas, com porta principal para ocidente".⁴²

Já no século XVIII, perante a ameaça de ruir, foi demolida, dando origem à actual Igreja de S. Bartolomeu que foi erguida no mesmo local, mas com outra orientação, desta feita, com a porta principal voltada para a Praça. Entre 1979 e 1980, realizaram-se escavações arqueológicas que deram a descobrir os vestígios da igreja primitiva encontrados sob o pavimento da actual.

No que diz respeito ao aspecto comercial da Praça, o seu posicionamento estratégico terá sido fundamental para o desenvolvimento da actividade mercantil, já que se encontrava no centro do arrabalde e com fácil acesso ao rio. Estavam criadas as condições para ser palco de intensas trocas comerciais e responsável pela realização do mercado da cidade, até ao ano de 1867, altura em que foi inaugurado o Mercado de D. Pedro V.

Também socialmente a Praça representava um papel de centralidade no quotidiano da Baixa, em grande parte, devido aos serviços públicos e particulares que ali se encontravam instalados. Como exemplo dessa centralidade, como já foi referido neste trabalho, temos o pelourinho da cidade, símbolo de jurisdição e autoridade, que no século XV passou para a Praça, após ter sido transferido do largo de Sé Velha. Outras instalações e actividades como a Câmara, o Hospital Real, a Misericórdia, os açougues, festas populares ou até as corridas de touros,

⁴² Loureiro, J. Pinto _ Toponímica de Coimbra, Edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1924, pg239-240



Imagem 18 - Praça na década de 70

são exemplos das intensas actividades que ali decorriam, e demonstram a importância que a Praça tinha perante a cidade.

No entanto, ao longo da história da Praça, tiveram também lugar momentos mais dramáticos, nomeadamente os chamados *autos da fé* celebrados em vários locais pela cidade. “Do primeiro, em 1567, ao último em 2-X-1762”⁴³, teve lugar na Praça inúmeras cerimónias em nome da religião e que resultaram na morte de centenas de pessoas.

Mais recentemente, na década de 70 do século XX, o carácter da Praça sofreu profundas alterações. Foram feitas obras de pavimentação, e transformaram o espaço num grande estacionamento. Desta forma o cariz comercial e social da praça foi perdendo força perante o constante aglomerado de veículos.

Na década seguinte e após novas obras de pavimentação, o uso do automóvel foi condicionado ao lado sul da Praça, deixando livre de circulação o antigo “Adro de São Tiago”, e por fim, e após várias remodelações até ao ano de 2002, a Praça ganhou novamente outro carácter, agora com trânsito condicionado, e novamente palco de festas e feiras na tentativa de juntar velhas tradições com novos costumes.⁴⁴

No entanto, a Praça actualmente está longe de ser o centro urbano de outros tempos, revelando uma redução significativa no movimento diário de cidadãos. Apesar de alguns eventos e iniciativas, o fluxo da população neste recinto revela o desaproveitamento de um espaço de elevado valor histórico e cultural, portador de características urbanas ímpares na Baixa, como em toda a cidade, facto que tem vindo a reflectir-se na queda do comércio existente em torno da praça e consecutivamente na manutenção do edificado envolvente. Características que deixam antever a necessidade urgente de intervir e regenerar este espaço.

⁴³ Loureiro, J. Pinto _ Toponímica de Coimbra, Edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1924, pg244

⁴⁴ Texto elaborado com base no relatório 1º Quarteirão da Praça do Comercio – Cidade de Coimbra, SRU Junho 2008

Programa

Definir um programa que possa traduzir o que ao longo deste trabalho foi identificado como potencial regenerador de um espaço urbano, revela ser um desafio interessante. Perante as características da zona destinado a intervir, a Praça do Comércio, as opções do conteúdo programático foram então definidas com base em dois conceitos estruturais: primeiro criar condições para a permanência de pessoas a tempo inteiro, e segundo, motivar o que seria uma afluência temporária.

Estes objectivos passam por dotar o espaço de habitantes permanentes, que possam conferir um sentimento de relação e identidade, de forma a proporcionar uma vida activa e constante. Por outro lado, o contributo de visitas temporárias ao local é encarado como um potenciador de desenvolvimento, principalmente no aspecto comercial, e que viria a contribuir para uma afluência extra complementando a rotina dos habitantes permanentes.

Com base nestes princípios, o programa a implantar foi dividido em duas funções distintas, uma Residência de Estudantes universitários e um espaço museológico, neste caso destinado a ser o Museu Académico.

Em primeiro lugar, a residência de estudantes universitários tem como objectivo dotar a zona da Praça com um movimento permanente. A opção por este tipo de programa será fundamental para a circulação de pessoas após o horário tradicional do comércio, e fará com que os espaços públicos detenham movimento num horário mais alargado.

É também importante todo o tipo de equipamentos que podem surgir, motivados pela presença de população universitária, desde comércio de material escolar, até cafetarias, bares, restaurantes e espaços de diversão nocturna. Mais uma vez é de realçar a vivência que estes espaços iriam proporcionar, principalmente na altura do dia mais critica e quando o espaço público mais carece de circulação que é o período nocturno.

Este programa surge também, como uma forma de atrair em maior número, a comunidade universitária para a zona Baixa da cidade, o que poderia consequentemente contribuir para o aumento da sua regeneração e desenvolvimento.

No que diz respeito ao Museu Académico, é justificado pela necessidade de um edifício destinado a um programa que possa ser considerado um ícone na cidade. O objectivo é criar um efeito polarizador, que represente um ponto de interesse para pessoas de Coimbra e principalmente para pessoas de fora da cidade.

É também uma forma de promover o turismo, nesta zona da Baixa, tirando proveito de uma das principais características com que toda a população se identifica, que é Coimbra enquanto “cidade universitária”.

O programa para um Museu Académico não é inovador, estando actualmente em função nos Colégios dos Jerónimos, um espaço destinado para esse fim. Após uma visita ao actual museu, é fácil perceber a importância que este tema pode ter, motivado pelo valioso espólio que neste momento se encontra reunido à sua volta.

No entanto, e tendo por base a falta de instalações de suporte, e o rumo que está a ser dado à exposição actual, é revelada uma ausência de protagonismo, uma consideração menor pela importância que este tema podia ter, ou melhor, deveria ter perante a cidade, como elemento de afirmação e exposição da vida e das práticas académicas.

Neste sentido, parece pertinente criar condições para aquilo que será uma montra das tradições e vida académica de Coimbra, e que constituirá certamente um ponto incontornável para qualquer pessoa que tenha elegido Coimbra como um local a visitar.

O objectivo passa por criar um espaço que transmita um sentimento de identidade perante os próprios habitantes, e que consiga reflectir e transmitir a forma como diariamente a cidade é “tomada” pelos estudantes.



Imagem 19 - Edifício do antigo Hospital Real

O novo Museu Académico parece ter condições, para contribuir de uma forma decisiva para o aumento da promoção da identidade da cidade, e que consecutivamente irá ter um reflexo na afluência do turismo. Com este aumento, haverá uma promoção da zona baixa da cidade, e que irá certamente conduzir a uma ampliação de iniciativas e desenvolvimento, que irão contribuir para a regeneração de toda esta zona.

Por fim, as questões específicas de acessibilidade da Praça, também foram um factor determinante para a escolha destes dois programas. O que se pretende é uma relação equilibrada entre os utilizadores dos novos programas e as condições do sítio onde estão implantados.

O resultado foi a eleição de um público alvo, que na grande maioria, não depende da utilização diária do seu automóvel próprio, e que tenha grande facilidade em utilizar os transportes públicos. Desta forma é esperado que se possa contornar as dificuldades de acessibilidade presentes na Praça, principalmente sentidas a nível da circulação automóvel, o que seria colmatado com a utilização dos transportes públicos que teriam de rever o seu desempenho para esta zona da Baixa.

Hospital Real

Definida a área específica de intervenção, neste caso a Praça do Comércio, e qual o conteúdo programático, foi necessário escolher um edifício que pudesse ser objecto de estudo deste trabalho, de forma a materializar as estratégias para reabilitar a zona em questão, e que pudesse integrar os princípios considerados apropriados para a intervenção urbana.

Após uma análise do edificado envolvente da Praça, o edifício do antigo Hospital Real ganhou claro destaque, para além do valor arquitectónico e do seu incompreensível desaproveitamento o edifício, e a área que ocupa, são dotadas de características espaciais que se revelam muito interessantes para o desenvolvimento de um projecto com vista a uma regeneração urbana.



Imagem 20 - Vista aérea do edifício do antigo Hospital

Neste sentido o edifício parece ser portador de inúmeras potencialidades, não só pela qualidade do seu espaço interior, mas principalmente pela possibilidade de articular dois factores muito interessantes para este trabalho, o espaço público urbano com o espaço privado.

O Hospital Real, detentor de uma longa historia, deveu a sua existência à conjugação de diversas instalações hospitalares dispersas pela cidade de Coimbra no início do século XVI, desde albergarias, confrarias a pequenos hospitais. Como seria o caso do Hospital de S. Nicolau, o Hospital de S. Marcos, o Hospital de Santa Isabel de Hungria, o Hospital dos Milreus, o Hospital de Nossa Senhora da Vitória, o Hospital do Montarroio, o Hospital e Confraria de S. Lourenço, o Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, o Hospital de Santa Maria da Graça, o Hospital de Santa Maria de Vera Cruz, a Albergaria de S. Gião, a Albergaria da Mercê, a Albergaria de Santa Luzia, a Albergaria ou Hospital de S. Cristóvão, e a Gafaria de S. Lázaro.⁴⁵

Com a excepção da Gafaria de S. Lázaro, todas estas instalações revelavam uma grande pobreza e um desempenho ineficiente. Foi após uma análise feita pelo Desembargador Diogo, Pires a mando do rei em 1504, sobre os bens, rendimentos e a utilidade de todas estas instalações hospitalares, que *“D. Manuel, vendo cam neçessarea cousa era em a ditta cidade averer um bõo esprital segumdo o requer a nobreza. della. e a gramde passajeem que por ella fazem as gemtes de todas as partes e muy prinçipallmente nos tenpos do gubileu de Santiago, mandou construir, à sua custa, em Coimbra hum esp^rtall honrrado e asy comprido de todallas coussas que a esp^rtall e Recolhim^{to} de proues coveem.”*⁴⁶

Foi assim, que no início do século XVI, teve lugar a construção do então chamado *Hospital Novo*, implantado na Praça de S. Bartolomeu, e que incorporava todas as casas de assistência à excepção do Hospital dos Milreus e a

⁴⁵ Pessoa, Alberto _ Hospitais de Coimbra, Imprensa da universidade, Coimbra, 1931, pg4

⁴⁶ Carta do Regimento do Hospital Novo, datada de 22 de Outubro de 1508, copiada por Manuel da Cruz Pereira Coutinho e publicada na *Noticia histórica dos Hospitaes da Universidade*, de Costa Simões, pg185-186.

Gafaria. Para a sua manutenção, passou a receber todos os bens e rendimentos das antigas casas de assistência distribuídas pela cidade, mais um contributo por parte do rei de cem mil reis por ano.

O novo hospital foi designado ao longo da história por diversos nomes, como Hospital Novo, Hospital Real, Hospital de D. Manuel, Hospital de El-Rei, Hospital Público, Hospital Geral, Hospital da Praça e ainda Hospital de Nossa Senhora da Conceição.⁴⁷

O edifício terá sido constituído por duas enfermarias, uma para manter e curar 12 homens e a outra para 5 mulheres, esta última com a particularidade de comunicar directamente com a capela, a fim de poderem «ver a Deus» e ouvir a missa todos os dias. Estes espaços eram destinados para quem adoecesse na cidade ou até 8 léguas em redor, bem como para os doentes que viessem do mar. Teria ainda condições para receber pedintes por um dia e uma noite, e uma hospedaria para receber pessoas que se encontrassem de passagem.

O Hospital Novo começava a ter muito que fazer, não só pelo aumento da população da cidade, mas também por culpa de outros acontecimentos, como a ordem de D. João III em 1548, para que os colegiais da Congregação de S. João Evangelista tivessem direito a médico e botica do Hospital, ou que a partir de 1568, passasse também a receber os doentes vindos de Montemor, Tentúgal e Pereira.

A partir de 1562, e já 25 anos após a fixação da Universidade em Coimbra, os professores da Faculdade de Medicina exerciam a prática, lia-se a Clínica e os estudantes aprendiam a observar os doentes sob a orientação dos mestres. Os professores possuíam um Hospital onde ensinar, o que lhe conferia agora um novo estatuto, o de Hospital Universitário.⁴⁸

No que diz respeito ao edifício propriamente dito, Francisco de Santa Maria, escreve um texto em 1697, referente ao Hospital em plena actividade,

⁴⁷ Simões, Costa _ Noticia histórica dos hospitaes da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1882, pg16

⁴⁸ Brito, Dr. A. Da Rocha _ Hospitais Portugueses, N°6. Lisboa 1950, pg31



Imagem 21 - Edifício do antigo Hospital antes de ser acrescentado em 2 pisos

onde faz referência a *“quatro enfermarias, onde se curão geralmente hum ano por outro, sette centos enfermos; & são assistidos de todo o necessário com maravilhosa prontidão & abundância, & os Lentes de Medicina, que actualmente Lêm na Universidade, são obrigados, (conforme a sua distribuição) a curar os pobres do hospital. Há neste húa fermosa sala, com janelas, que cahem sobre a praça. Tem todas as officinas competentes com grandesa, & a Igreja, posto que pequena, he muy perfeita, & brindada, & tem ricas peças, & ornamentos.”*⁴⁹

Ao longo da história o edifício foi sofrendo várias reformas e alterações, principalmente no final do século XVI e no início do seguinte, de forma a responder às necessidades com que defrontava. O seu fim como Hospital começou a dar-se em 1772 com as provisões do marquês de Pombal para a transferência dos doentes para o colégio na Alta, então vago, após a expulsão dos Jesuítas.⁵⁰ A passagem definitiva só se fez em 1779, e culminou com a venda do edificio do antigo Hospital em 1790 em praça pública.

Actualmente, o edifício continua a ser propriedade particular desde o ano da sua venda, o que contribuiu de certa forma para uma descaracterização daquilo que seria enquanto Hospital. No início do século XX foi ampliado de 2 para 4 pisos, de forma a nivelar todo o edifício pelo volume que incorpora a capela. O seu interior encontra-se dividido, de uma forma complexa, em vários estabelecimentos comerciais que ocupam todo o rés-do-chão e algumas partes do 1º andar, onde se encontra também instalada a Casa dos Pobres de Coimbra, que estende a sua ocupação para o 3º e 4º piso.

Apesar de todos os acrescentos e modificações, ainda hoje é possível observar os restos de uma vasta construção manuelina. Do que seria a forma inicial do edificio, destaca-se o seu desenvolvimento em “U” em torno de um claustro, actualmente coberto de uma forma perversa por chapas de zinco, e que contribui para a extensão do espaço comercial instalado no rés-do-chão.

⁴⁹ Santa Maria, Francisco de _ O Ceu aberto na Terra, Lisboa, 1697, pg549-550

⁵⁰ Almeida, M. Lopes d` _ Documentos da Reforma pombalina, Coimbra 1937, pg28



Imagem 22 - Interior do Claustro na primeira metade do século XX



Imagem 23 - Interior do claustro quando pertencia a uma papelaria

Do que seria a fachada original voltada para a Praça, *“já não se vê, como noutras eras, a esfera armilar, como emblema do fundador”*, resta *“apenas um renque de varandas do século XVII,”* com friso e cornija, que constitui o alçado do primeiro andar, *“e por cima à esquerda, na parte mais elevada do edifício, mal se descortinam, no meio da parede, umas velhas janelas entaipadas de que apenas de adivinha a forma.”*⁵¹

O piso inferior do edifício, que contacta com a Praça, está completamente transformado pelas aberturas dos estabelecimentos comerciais, no entanto, é ainda possível perceber a existência de uma abertura mais larga, que seria destinada à entrada de carruagens.

No que diz respeito à fachada da Rua das Azeiteiras, o declive da rua deixa perceber o que terá sido a existência de um piso inferior ao principal, sendo ainda visíveis os vestígios de *“portas enterradas no solo com uma forma geral e um corte da cantaria que mostram ser obra do século XVI.”*⁵² Os restantes pisos encontram-se preenchidos por várias janelas de cantaria simples em pedra, que dificultam a percepção do que seriam as aberturas originais.

No meio do edifício, ao nível da entrada é possível encontrar o que terá sido um claustro, que actualmente é constituído por três lanços de arcos. Paralelamente à fachada principal, *“vêem-se três arcos de curva rebaixada e de arestas fundamente cortadas, manuelinos, sobre colunas de pequeno diâmetro, oitavadas, com cálice dos capitéis igualmente oitavado e desadornado. No andar nobre, sobre as arcadas manuelinas, encontra-se uma varanda aberta, de seis fortes colunas dóricas e duas meias colunas adossadas aos lados. Superiormente fica-lhe outra varanda, de colunas finas, dóricas, sobre pedestais.”*⁵³

⁵¹ Pessoa, Alberto _ Hospitais de Coimbra, Imprensa da universidade, Coimbra, 1931, pg7

⁵² Pessoa, Alberto _ Hospitais de Coimbra, Imprensa da universidade, Coimbra, 1931, pg7

⁵³ Correia, Vergílio e Gonçalves, Nogueira _ Academia nacional de belas artes, Inventário Artístico de Portugal, Lisboa, 1947. pg157



Imagem 24 - Interior da Capela enquanto papelaria



Imagem 25 - Interior da Capela actualmente

Os outros dois lados do claustro são compostos por *“quatro arcos cada um, sustentados por colunas, que, se dum lado mostram já as formas clássicas da ordem toscana, do outro têm bem o aspecto típico das obras manuelinas.”*⁵⁴

De realçar também a existência de uma sala no segundo piso com frente para a Praça, que terá sido a capela do Hospital. Esta divisão, actualmente descaracterizada, tem sido ironicamente utilizada como quarto de dormir por um dos proprietários do espaço comercial do rés-do-chão do edifício. No entanto é ainda possível realçar a presença de vários elementos que demonstram a importância que este espaço teria.

O seu tecto é abobadado, em dois tramos de dimensões desiguais, com arcos cruzados simples, cujas nervuras são apoiadas em mísulas decoradas e um arco toral que os separa. *“Na parte do tramo maior da abóbada e na parede do lado do pátio há um largo arco rebaixado, em cujo chanfro se encontram dois ornatos. Uma das chaves tem o escudo das armas da nação.”*⁵⁵ As *“paredes são forradas com azulejos azuis e brancos, do século XII, dispostos de modo a formar vários desenhos, entre os quais sobressai a cruz que se vê num dos topos.”*⁵⁶ Mais uma vez, a linguagem utilizada na decoração da capela, revela-se digna de um exemplar arquitectónico da fase inicial do manuelino na cidade de Coimbra.

Por fim é também de realçar no segundo piso, a porta que faz a transição entre interior do edifício e a galeria que se debruça sobre o claustro. Esta é constituída por *“ friso e cimalha, as ombreiras e a padieira são ornadas de tarjas em combinações de rectângulos, círculos e ovais. O friso tem o letreiro gravado: HÆC EST DOMVS DEI / ET PORTA CÆLI 1626.”*⁵⁷

⁵⁴ Pessoa, Alberto _ Hospitais de Coimbra, Imprensa da universidade, Coimbra, 1931, pg7

⁵⁵ Correia, Vergílio e Gonçalves, Nogueira _ Academia nacional de belas artes, Inventário Artístico de Portugal, Lisboa, 1947. pg157

⁵⁶ Pessoa, Alberto _ Hospitais de Coimbra, Imprensa da universidade, Coimbra, 1931, pg7

⁵⁷ Correia, Vergílio e Gonçalves, Nogueira _ Academia nacional de belas artes, Inventário Artístico de Portugal, Lisboa, 1947. pg157

Capítulo IV - Desenvolvimento do projecto

Conceito base

“Então que arquitectura para a cidade consolidada?” O arquitecto “fará sempre uma reinterpretação, uma reinvenção com os dados da memória milenar do homem...por isso, duas respostas possíveis, nenhuma ou qualquer uma.”⁵⁸ A dificuldade, de intervir em cidades consolidadas, representa um desafio não só de arquitectura, mas principalmente de urbanismo. Neste sentido é necessário desenvolver esforços públicos e privados, que juntos, possam convergir em torno de um objectivo abrangente e partilhado.

No que diz respeito directamente à arquitectura, “é certo que o património gera conflitos, levanta problemas diversos, desde a sua adequação a novas realidades...até à sua própria caducidade por envelhecimento”⁵⁹

Por um lado existe a necessidade do homem adaptar a cidade às suas exigências actuais, por outro lado, surge a questão relacionada com a identidade

⁵⁸ Costa, Alexandre Alves _ Novas Arquitecturas versus Arquitecturas Tradicionais: Que Ambiente Urbano? Fórum Internacional de Urbanismo, Vila Real, 2000, pg13

⁵⁹ Mestre, Victor _ Arquitectura ibérica N°5 Reabilitação, Caleidoscópico, Casal de Cambra, 2004, pg6

da cidade e a sua própria preservação ao longo do tempo. Este é um conflito que implica reflexão, e do qual deve resultar uma correcta adequação às necessidades e expectativas da comunidade.

Num processo de intervenção, a dicotomia da destruição/construção, tem que estar fortemente relacionada com o património existente, este deve ser encarado como um portador de cultura e de memórias do passado, que contribuíram para a consolidação da cidade.

É importante referir que a conservação dos Centros Históricos não implica o seu congelamento, mas sim uma *“renovação contínua das estruturas existentes, na construção passo a passo e no desenvolvimento das próprias potencialidades, encontrando para cada caso a solução mais adequada e não uma solução genérica preconcebida”*.⁶⁰

Neste processo nem todo o património é passível de requalificar, sendo necessário fazer a distinção entre elementos considerados indispensáveis e elementos sem qualquer tipo de valor histórico, arquitectónico ou social.

Por fim, cabe ao processo de intervenção, conseguir uma aproximação e estima por parte dos cidadãos pelos valores da sua cultura, que conduzirá a um bem-estar e uma sintonia com o espaço físico. Para este resultado irá contribuir um relacionamento da *“linguagem contemporânea portadora de significados emergentes, com o que, num passado pleno de experiência, ainda transmite um carácter estrutural”*.⁶¹

Preexistências

Após a selecção da área de intervenção, e a definição geral do programa, teve início uma análise do aglomerado de construções onde está inserido o que, à muitos anos atrás, foi o Hospital Novo de Coimbra.

⁶⁰ Portas, Nuno _ Os Tempos Das Formas, Volume I: A Cidade Feita e Refeita, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2005, pg158

⁶¹ Portas, Nuno _ A Arquitectura para Hoje, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, pg91

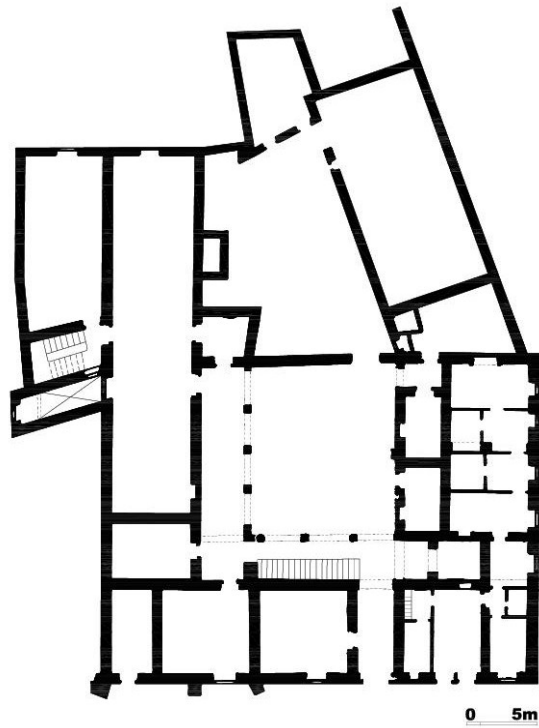


Imagem 26 - Planta do primeiro piso do Hospital Real, desenhada a partir do levantamento de 1779

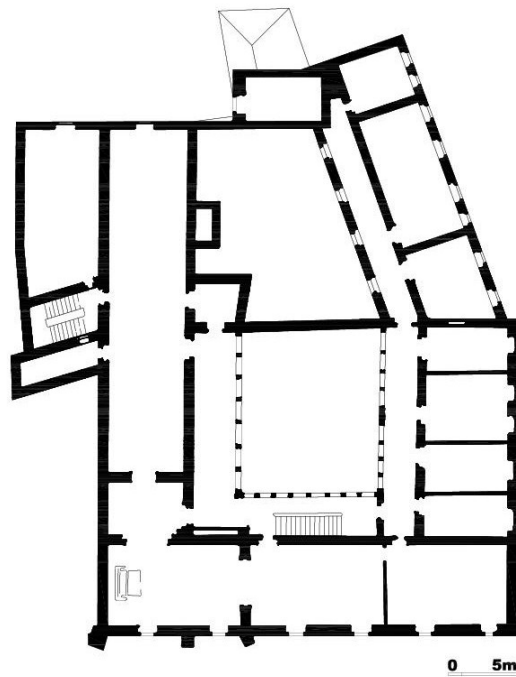


Imagem 27 - Planta do segundo piso do Hospital Real, desenhada a partir do levantamento de 1779

Ao observar uma planta de 1779, realizada por ordem do Marquês de Pombal, aquando da transferência do Hospital para a Alta e consecutivo abandono do edifício, é possível identificar claramente por entre inúmeras alterações conduzidas ao longo do tempo, o que terão sido os corpos principais do velho edifício hospitalar que subsistiram até hoje.

Neste contexto, é de realçar três elementos que podem ser considerados as partes principais do antigo edifício, e em torno dos quais foram realizadas as mais variadas alterações ao longo dos anos.

Em primeiro lugar é de destacar o claustro, apesar de se encontrar coberto por uma estrutura metálica, ainda conserva a sua forma original, e acima de tudo, a sua função estruturante, em torno da qual se organizou todo o edifício.

Em segundo e terceiro lugar, é de realçar o volume que faz frente com a Praça do Comércio, e o volume que confronta com parte da Rua das Azeiteiras. Apesar de algumas alterações, nomeadamente o acrescento de dois pisos em parte destes volumes, acabaram por conservar o que parece ter sido a sua construção original. Ao relacionar a actualidade com as plantas de 1779, é possível concluir que os dois primeiros pisos demonstram ainda uma grande semelhança, o que leva a crer que a organização do edifício sofreu relativamente poucas alterações.

No que diz respeito às restantes construções agregadas ao principal edifício hospitalar, parecem ter sofrido alterações mais profundas. Nesta situação é de destacar todo o edificado que segue desde o corpo principal voltado para a Rua das Azeiteiras até à Rua do Beco do Romal, e o volume que vai desde o corpo que confronta a Praça do Comércio até ao Largo do Romal.

Contudo estes dois casos apresentam características distintas, o primeiro é actualmente constituído por inúmeros edifícios de fraca qualidade construtiva, em avançado estado de degradação, estando mesmo na sua grande maioria devolutos. Estas construções parecem ter sido destinadas ao apoio do conjunto



Imagem 28 - Estado actual do edifício do antigo Hospital

principal, quer pela sua dimensão, quer pela sua qualidade construtiva. O segundo caso, que parece ter sido uma das alas do antigo hospital, após uma análise no local, é possível identificar remodelações recentes, é visível uma grande parte da sua estrutura em betão e alvenaria recente, o que resulta de uma profunda alteração do carácter que terá tido esta parte do edifício.

De uma forma geral, podemos concluir que apesar de inúmeras alterações ao longo da história, a implantação dos corpos principais e de maior valor do edifício, os que confrontam com a Praça do Comércio e com parte da Rua das Azeiteiras, parecem ter sido inalterados, sofrendo no entanto alterações de altura, mas que acabaram por não reflectir grandes transformações na organização interior.

Interessa também referir, que são estas partes principais do antigo edifício, que ainda hoje albergam vários serviços que vão desde diversos tipos de lojas até à presença da Casa dos Pobres de Coimbra, o restante edificado é na sua maioria dividido em habitação privadas, em grande parte devolutas.

Implantação

A partir de uma leitura atenta sobre o estado do edifício do Hospital Real e dos seus complexos agregados, a proposta de intervenção procura adaptar o antigo edifício a uma nova função. Para este fim, é indispensável conciliar o valor histórico do existente, com o impacto arquitectónico do que possa vir a ser construído, de forma a conjugar o que será uma visão do passado, assente sobre uma realidade com vista para o futuro.

O objectivo passa pela adaptação do edifício aos novos programas, e principalmente pela resposta ao desafio de constituir um elemento estratégico na requalificação do próprio centro urbano em que está inserido. Neste sentido é de extrema importância proporcionar aos habitantes um sentimento de identidade e relação com o edifício, e contribuir de uma forma significativa para uma melhoria do espaço público urbano.



Imagem 29 - Maquete de estudo da implantação

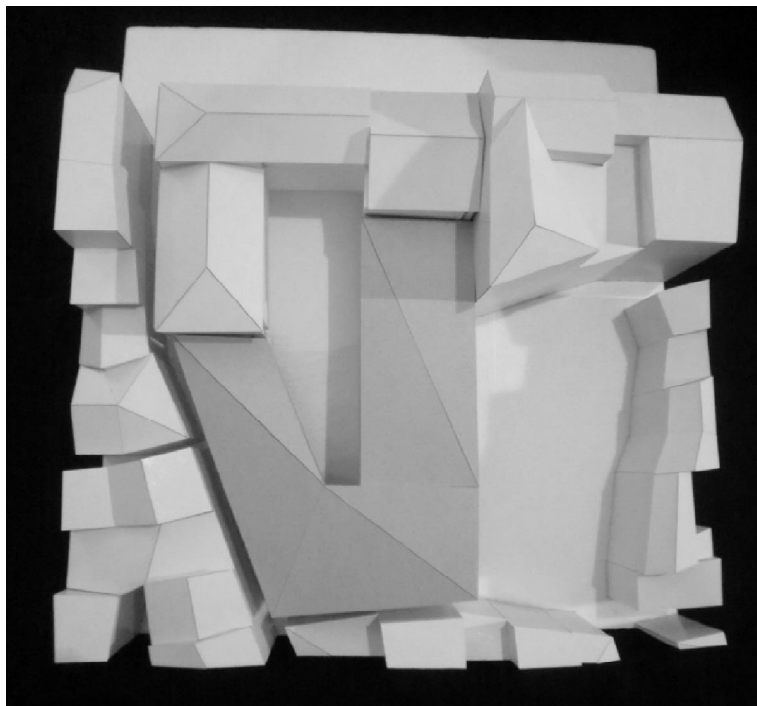


Imagem 30 - Maquete de estudo, implantação definitiva

A opção do que será edifício para requalificar ou edifício que vai dar lugar a uma construção nova, foi tomada com base numa análise dos elementos espaciais ou construtivos, mais importantes que fossem de interesse preservar. Neste contexto, o edificado que confronta com parte da Rua das Azeiteiras e com o Beco do Romal foi considerado de insuficiente interesse, não só por se encontrar em grande parte devoluto, mas por se revelar um conjunto de edifícios de fraca qualidade construtiva, sem elementos que possam ser considerados de valor histórico ou arquitectónico.

Em sentido contrário, encontra-se o corpo principal do antigo hospital incluindo os arcos que dão forma ao claustro. Estes elementos, para além de representarem a principal estrutura do Hospital, demonstram possuir um grande valor espacial e arquitectónico, passíveis de serem reinterpretados e de serem encarados como vestígios de um passado que importa preservar e recordar.

O objectivo é reabilitar e restaurar as estruturas pré-existentes consideradas importantes, e conduzir uma operação de reversibilidade, onde serão excluídas as alterações de insuficiente qualidade e que não resultaram em nenhum tipo de benefício ao longo do tempo, e que contribuíram para uma descaracterização e desvalorização do edifício original.

A proposta, elaborada com respeito pelo património pré-existente, procura garantir um adequado enquadramento entre o edifício antigo e o novo, proporcionando um contexto de continuidade e de sintonia que permita entender o conjunto como o resultado de um todo.

No que diz respeito propriamente ao projecto, e tendo em conta as ambições programáticas, a proposta assenta na importância que o claustro detém enquanto organizador de todo o edifício. A solução passou pelo aproveitamento dos corpos principais que confrontam a Praça do Comércio e parte da Rua das Azeiteiras, e a criação de um novo volume em forma de “U”, em detrimento do casario existente na restante Rua das Azeiteiras e na sucessiva ligação ao Largo do Romal, que proporcione uma noção de unidade e que conserve a noção de quarteirão.

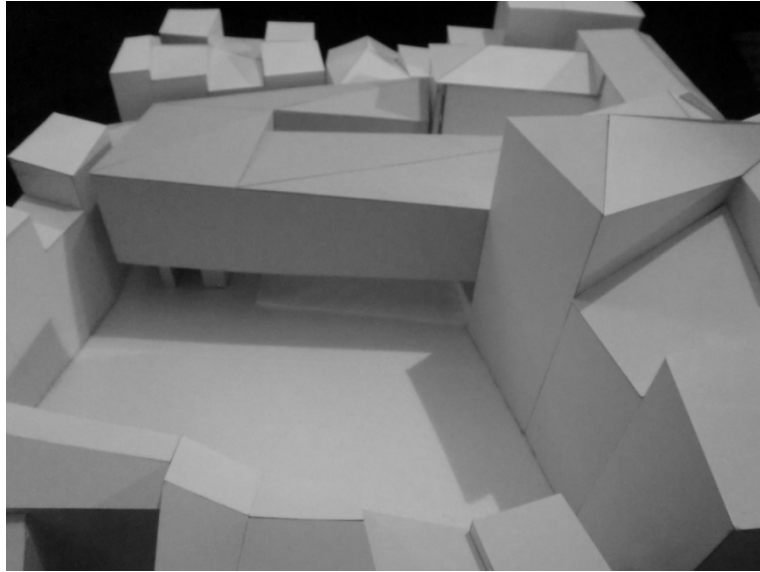


Imagem 31 - Maquete de estudo

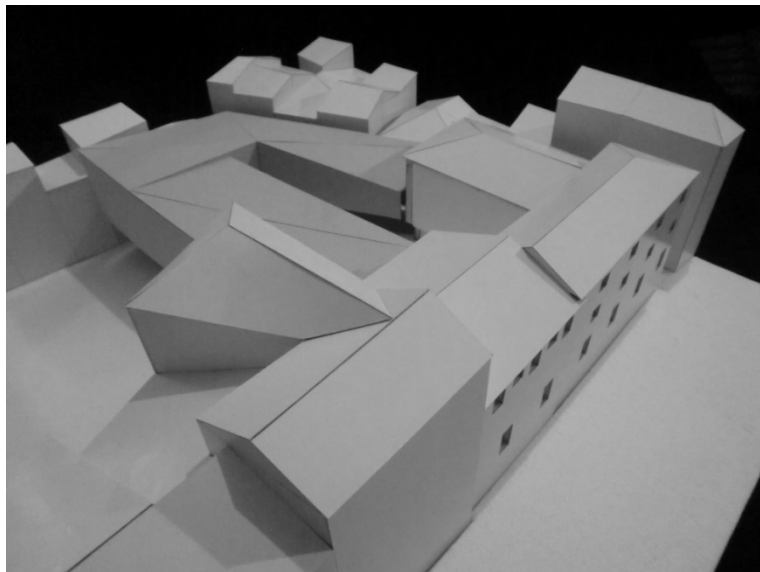


Imagem 32 - Maquete de estudo

A implantação do novo volume a ser edificado vai seguir sensivelmente a implantação do edificado a ser demolido, de forma a garantir a manutenção do carácter existente no espaço público da Rua das Azeiteiras e do Beco do Romal.

Em relação ao Largo do Romal, através de algumas alterações em relação à antiga implantação, é pretendido uma nova relação com o espaço público e espaço privado, que proporcione outro tipo de utilização e vivência.

Distribuição programática

Com a definição geral do programa teve início uma avaliação, da área disponível, e da área essencial, para albergar todos os elementos constituintes do projecto, para começarem a ser feitas as primeiras opções e definições projectuais.

De uma forma geral, para ocupar o edifício existente foi destinado o programa da residência de estudantes, e para o novo volume, foi destinado o Museu Académico.

Após esta definição teve início um processo de articulação espacial e programática, no qual foi procurada a melhor relação entre o programa, o edifício, e o espaço público. Como resultado, o Museu Académico, na ala poente, estende-se por entre o antigo edifício, o que vai proporcionar um contacto directo com a Praça do Comércio. Por outro lado, na ala oposta, a residência de estudantes transcende o Antigo Hospital e lança-se pelo corpo do novo volume sobre a transição do espaço privado do interior do claustro com o espaço público do Largo do Romal.

Como resultado temos uma articulação entre os dois programas, na tentativa de proporcionar uma relação mais intensa dentro do próprio edifício e com todo o espaço público urbano em seu redor.

No que diz respeito às especificidades do programa, sempre de uma forma atenta ao carácter do edifício e aos elementos pré-existentes, o

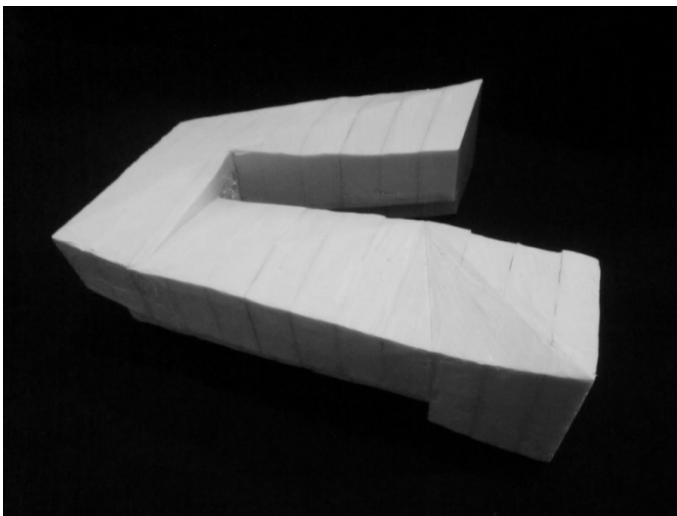
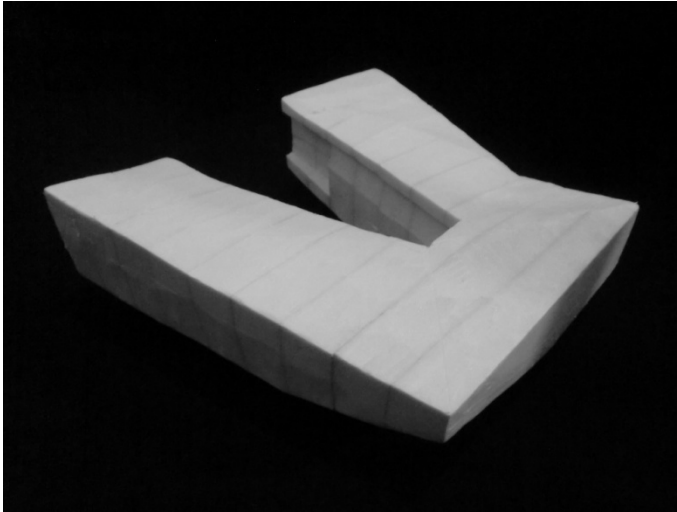


Imagem 33 - Maquetes de estudo da volumetria do Museu Acadêmico e da Residência de Estudantes

primeiro piso do antigo Hospital vai ser de grande importância para o funcionamento da residência de estudantes. Para além deste piso ser responsável por garantir o acesso a todo o complexo, representa também um importante elemento de articulação entre a Praça do Comércio, o claustro, e o próprio Largo do Romal. Por consequência o seu acesso principal vai ser garantido pela Praça do Comércio, no entanto, é também possível entrar pelo claustro ou simplesmente utilizar este espaço como passagem e transição entre a Praça e o Largo.

Neste primeiro piso, todos os elementos de valor arquitectónico foram preservados e englobados na intervenção, e para além da entrada no edifício dotada de recepção, este piso garante o acesso vertical através de escadas e elevador, e está também dotado de espaços de estar destinados aos habitantes da residência de estudantes. O edifício é também constituído por 24 quartos duplos para 48 estudantes. Estes quartos serão distribuídos pelos pisos 2 e 3 da ala poente do antigo edifício e pela ala nascente do novo volume.

O volume central, entre as duas alas do edifício, foi utilizado como elemento de ligação. Aqui foram instalados os equipamentos de utilização colectiva, como as cozinhas, a lavandaria, e a biblioteca. É importante referir que é nesta parte do edifício que se encontra a antiga capela do Hospital, que vai permanecer inalterada, e vai dar origem a uma sala de trabalho para os estudantes.

No que diz respeito ao espaço de circulação, é de fazer referência à forma como foi resolvido nos pisos 2 e 3 a relação entre o corredor de distribuição no centro do edifício e o antigo espaço exterior fechado por uma arcaria, debruçado sobre o claustro. Nesta situação optou-se pela criação de dois espaços de arrumos que ladeiam a antiga "varanda" e que garantem profundidade para recolher uma portada de vidro que divide o espaço exterior do interior. Desta forma, e dependente das condições climáticas, é possível estender o espaço de distribuição interna para o exterior, ou pelo contrário, fazer essa distinção, sem afectar o carácter dos elementos de interesse pré-existentes.

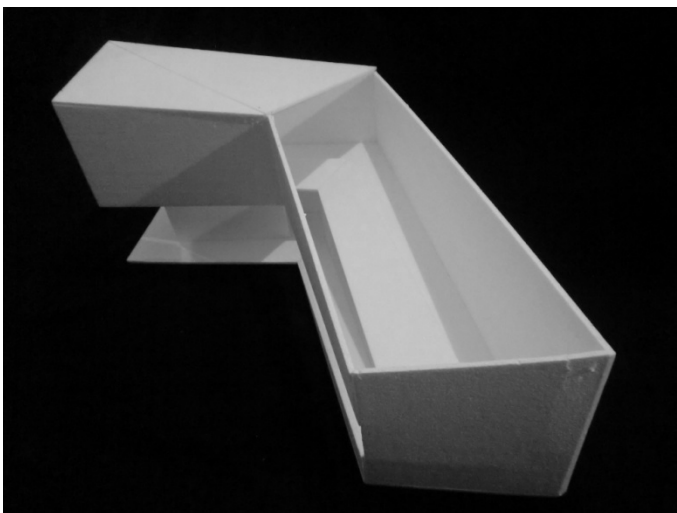
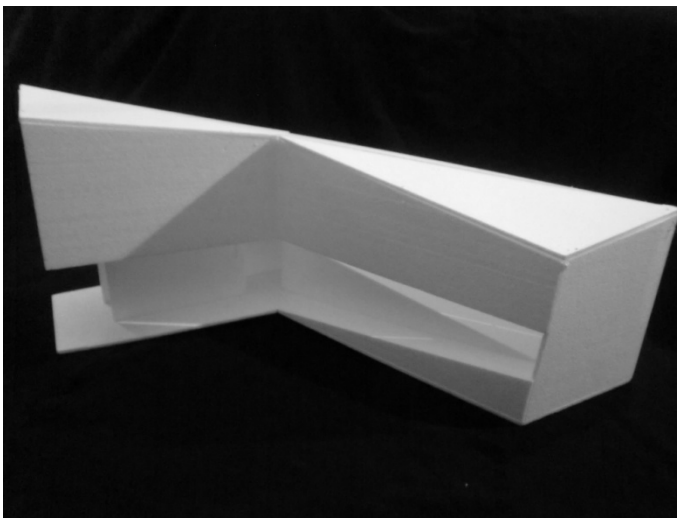
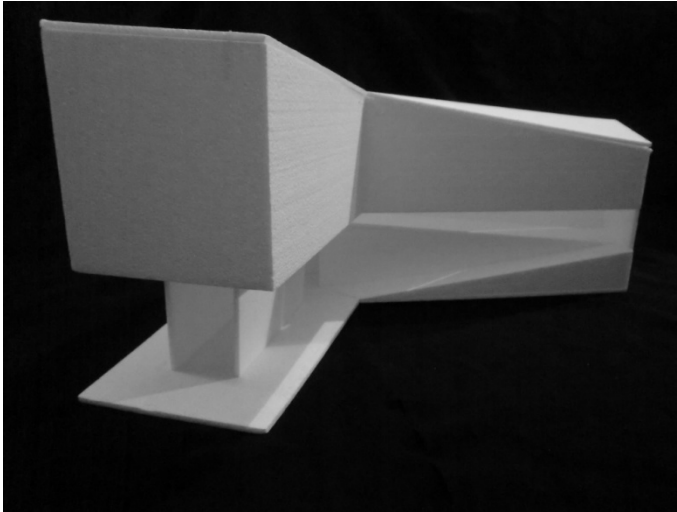


Imagem 34 - Maquete de estudo do Museu Académico

Em relação ao Museu Académico, ocupa o primeiro piso da ala poente do antigo edifício, e a conseqüente ala do novo volume que confronta a Rua das Azeiteiras e o Beco do Romal. A entrada principal é feita pela Praça do Comércio, e ao mesmo nível encontra-se também a recepção do museu, uma sala de espectáculos, e é efectuada a ligação ao início da exposição.

O género de elementos expostos no actual Museu Académico são na sua grande maioria de pequenas dimensões, que vão desde pertences de antigos alunos, cartazes, quadros ou troféus desportivos, e são exibidos principalmente em expositores verticais colocados junto às paredes ao longo das divisões.

Perante a especificidade da exposição, parece fazer sentido dotar novo edifício museológico de galerias que possam ser percorridas pelos utilizadores. O novo Museu foi então desenvolvido a partir de um sistema de rampas e de um jogo de planos diferenciados, que garantem a transição das diferentes cotas, quer no funcionamento interno, quer de transição no espaço exterior, e que procuram proporcionar as melhores condições para o tipo de exposição prevista.

A exposição é então desenvolvida ao longo do novo volume por um circuito em rampas e por uma a "sala escura", destinada à projecção de imagens. Este percurso é dotado de um sentido constante de continuidade, de forma a atingir uma sintonia entre o ambiente espacial e a exposição, que resulte numa jornada pela história académica da Universidade de Coimbra.

Na extremidade nascente do edifício, no piso superior é efectuada uma ligação para o exterior, através do acesso a escadas de emergência, e no piso do rés-do-chão uma cafetaria, aberta para o claustro e para o largo do Romal, destinada tanto para os visitantes do Museu, como para todo o tipo de pessoas, convidadas a usufruir do espaço público em redor do edifício.

No que diz respeito à volumetria em geral, o volume do novo edifício procura estabelecer uma relação de concordância com toda a envolvente. Apesar de se apresentar como uma marca da contemporaneidade, a volumetria do novo edifício, caracterizada por vários planos de ângulos distintos, surge na

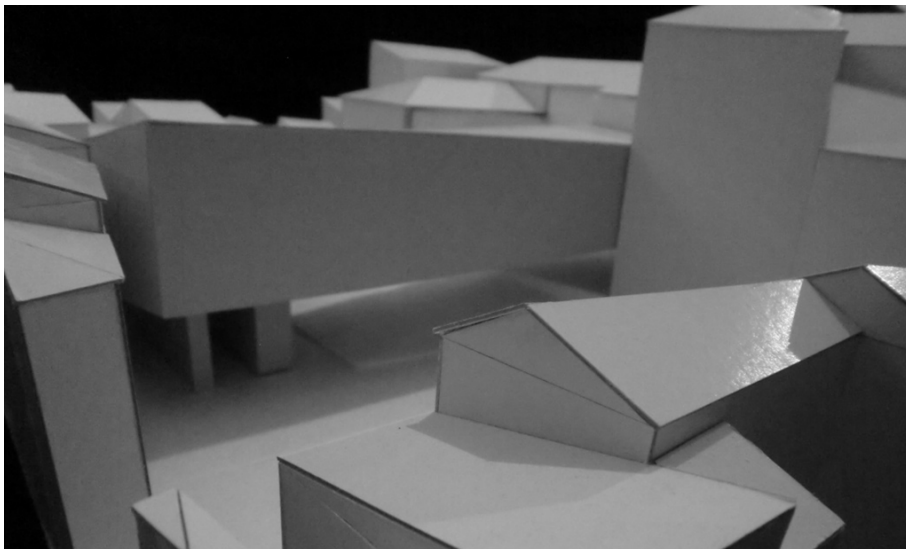


Imagem 35 - Maquete de estudo, relação interior claustro/Largo do Romal

tentativa de se integrar na volumetria irregular da envolvente, proporcionada pelas diferentes alturas dos edifícios bem como pelos ângulos dos seus telhados. O objectivo pretendido é uma relativa homogeneidade, e sintonia entre o pré-existente e o novo.

Espaço público/privado

Com o desenrolar do projecto, a importância do espaço público urbano e a da sua transição para o privado, relevou-se um dos aspectos fundamentais de toda a intervenção. A especial atenção dada a este tema deve-se tanto às especificidades físicas da área em causa, com ruas estreitas que chegam a ter 1,50m de largura, mas também pela falta de espaços públicos na densa malha urbana medieval, e pela constante dificuldade de circulação, onde a facilidade de movimento e de flexibilidade é reduzida.

“Quando a densidade habitacional da envolvente é elevada há vantagens, ou mesmo necessidade imperiosa, em tratar o interior dos quarteirões como jardins ou logradouros públicos”⁶². Esta consideração revelou ser um dos princípios estruturantes de todo o projecto, do qual se destaca a importância retida pelo claustro. Neste sentido, este espaço até então privado, evidenciou-se como um importante espaço de transição entre o carácter público da Praça do Comércio e o Largo do Romal.

Desta forma, o claustro deixa de ser um espaço privado, confere uma maior profundidade ao espaço público, e surge como uma extensão do Largo do Romal com fácil acesso à Praça. De carácter semi-público, o espaço no interior do novo edifício, procura servir não só os residentes do complexo em seu redor, mas todas as pessoas que por ali circulem.

O claustro, situado sensivelmente à cota da Praça e 2 metros acima do Largo do Romal, vai sofrer uma operação de regularização, onde o terreno é

⁶² Sidónio Pardal, Paulo Correia e Manuel Costa Lobo _ Normas urbanísticas – volume II – Desenho urbano, Perímetros urbanos e Avaliação de planos, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991, pg71

suavemente utilizado como elemento de ligação, de forma a proporcionar não só a transição do Largo para a Praça, mas também a própria extensão do Largo do Romal.

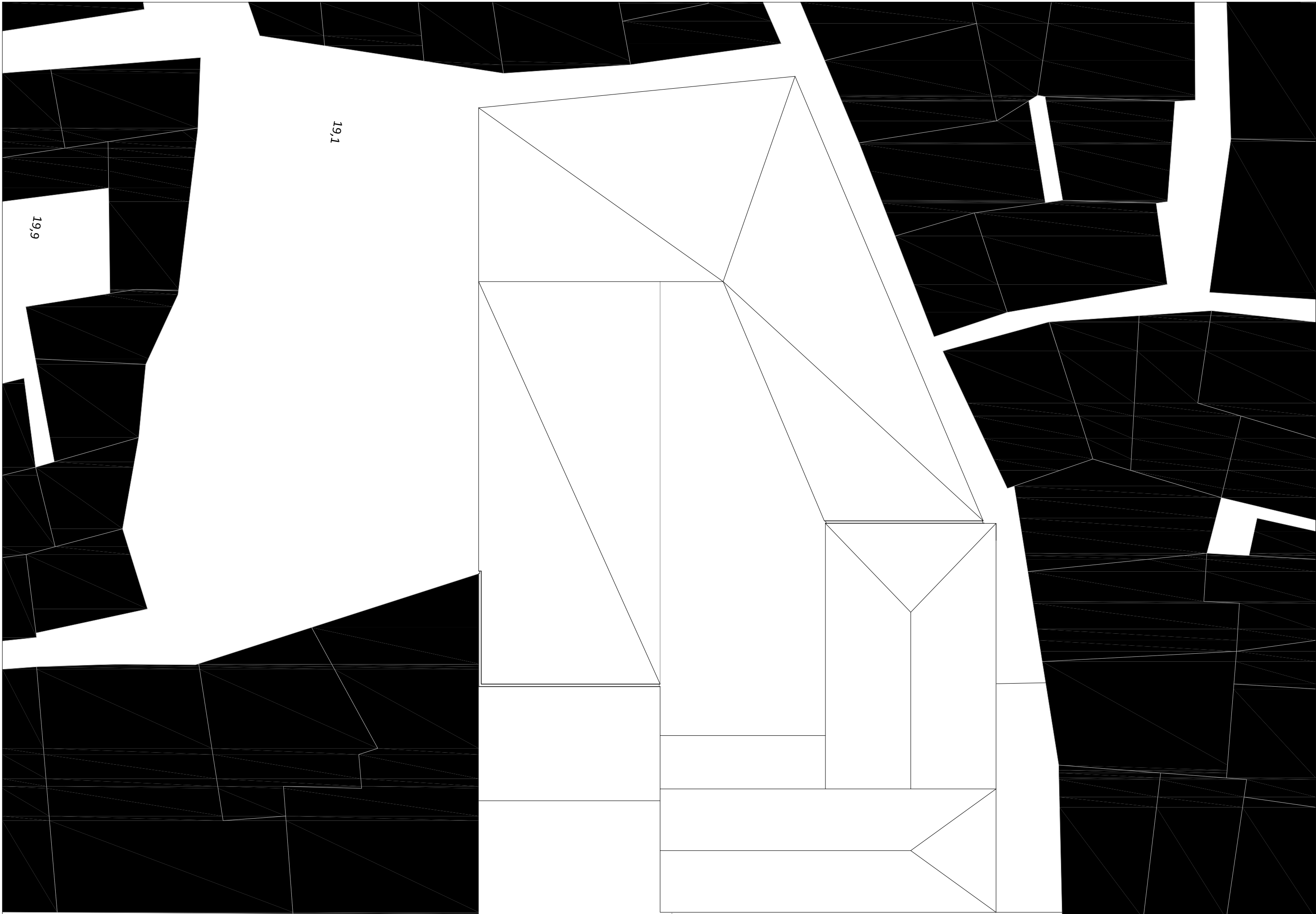
Posteriormente, todo o edifício foi desenvolvido em estreita sintonia com o espaço público em seu redor. No caso da Rua das Azeiteiras, dotada de uma largura muito reduzida, a opção foi desenvolver as fachadas do novo edifício de uma forma mais cerrada, optando antes pela sua abertura, para o espaço mais amplo no lado oposto, para o claustro.

A fachada para o Beco do Romal foi desenvolvida segundo as mesmas premissas, e no caso do volume que separa o Largo do Romal do claustro, devido ao programa que alberga, os quartos da residência, a opção foi abrir o edifício para o interior do claustro, em oposição à fachada voltada para o Largo do Romal, completamente fechada, de forma a conferir uma maior privacidade.

De uma forma geral, ao nível térreo o novo volume procura uma intensa relação com o espaço público em seu redor, não só pela forma como se “levanta” e pousa sobre as colunas do antigo edifício, proporcionando a transição entre a Praça o claustro e o Largo, mas também pela forma como procura acrescentar uma nova dimensão à Rua das Azeiteiras e ao Beco do Romal, que mesmo mantendo o seu carácter, procura dotar a rua de uma largura superior ao nível da circulação.

Desenhos





19,1

19,9

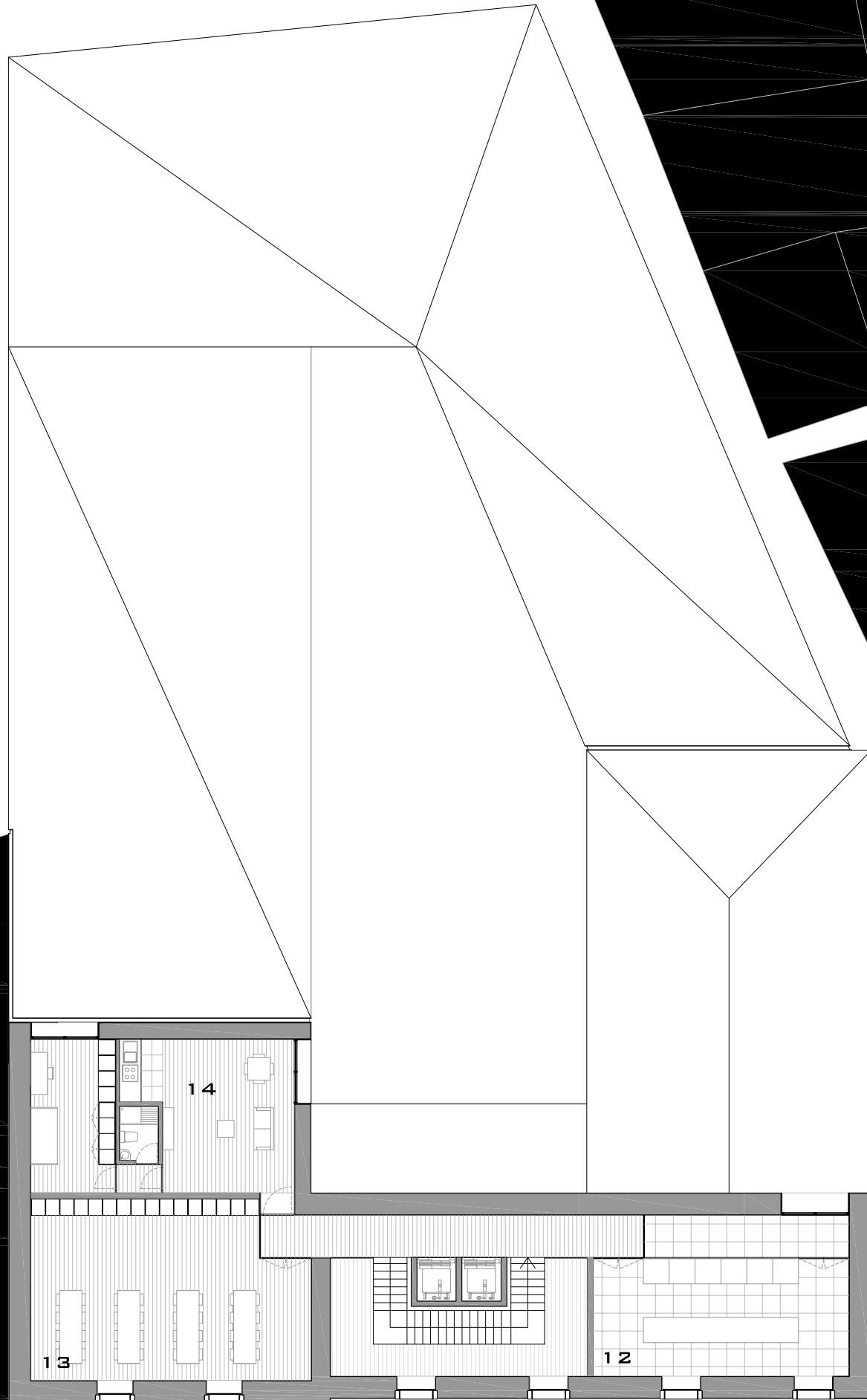
COBERTURA
Esc. 1/200

5m

19,9

19,1

- 1. RECEPÇÃO MUSEU
- 2. RECEPÇÃO RESIDÊNCIA
- 3. SALA DE ESPETÁCULOS
- 4. ZONA DE EXPOSIÇÃO
- 5. CAFETARIA
- 6. SALA ESCURA
- 7. SALA DE TRABALHO MUSEU
- 8. DEPÓSITO MUSEU
- 9. QUARTO
- 10. COZINHA
- 11. SALA DE TRABALHO
- 12. LAVANDARIA
- 13. BIBLIOTECA
- 14. RESIDÊNCIA DO VIGILANTE
- 15. ESCADAS DE EMERGÊNCIA



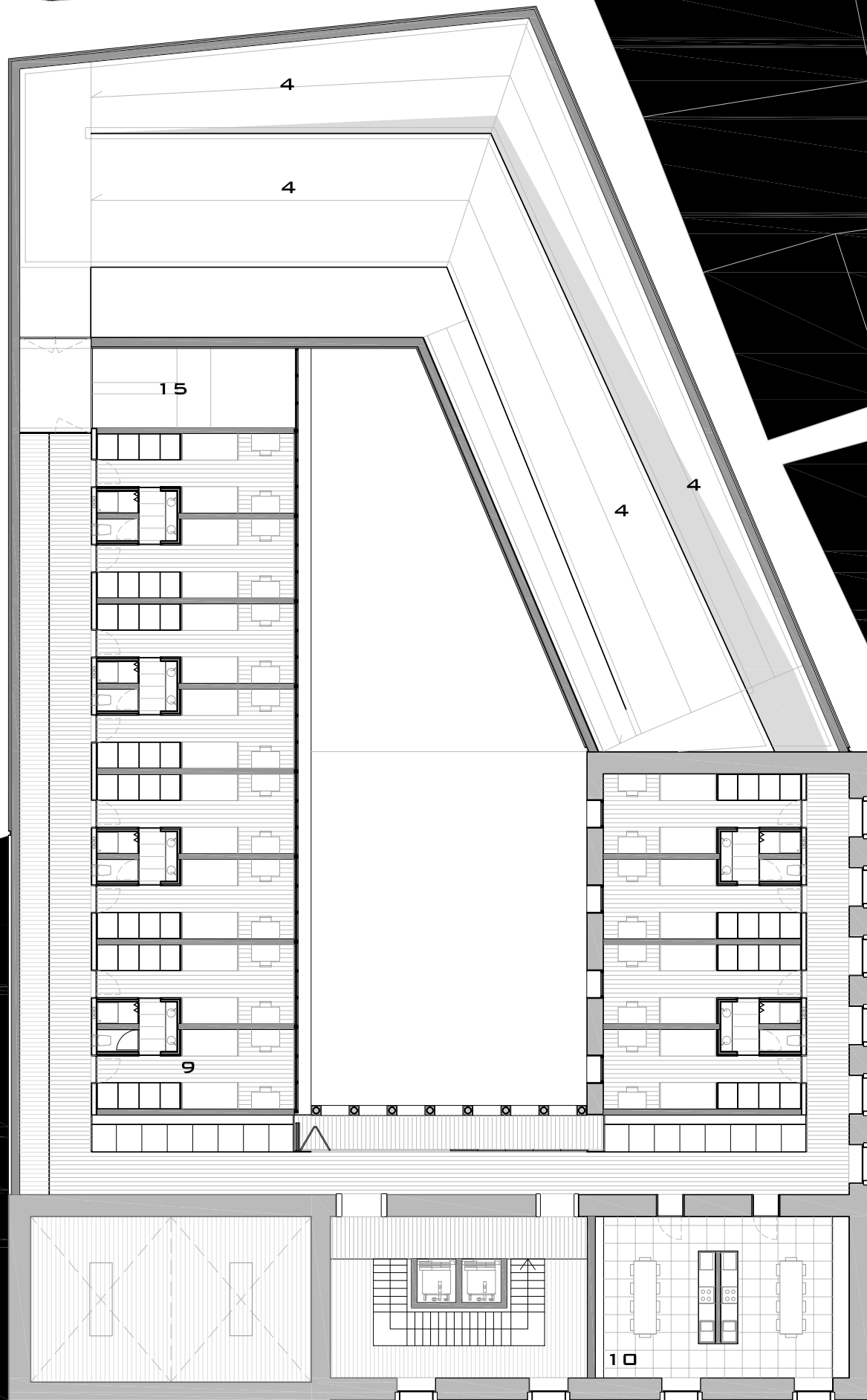
PLANTA PISO 3

Esc. 1/200 @ 1 5m

19,9

19,1

1. RECEPÇÃO MUSEU
2. RECEPÇÃO RESIDÊNCIA
3. SALA DE ESPETÁCULOS
4. ZONA DE EXPOSIÇÃO
5. CAFETARIA
6. SALA ESCURA
7. SALA DE TRABALHO MUSEU
8. DEPÓSITO MUSEU
9. QUARTO
10. COZINHA
11. SALA DE TRABALHO
12. LAVANDARIA
13. BIBLIOTECA
14. RESIDÊNCIA DO VIGILANTE
15. ESCADAS DE EMERGÊNCIA



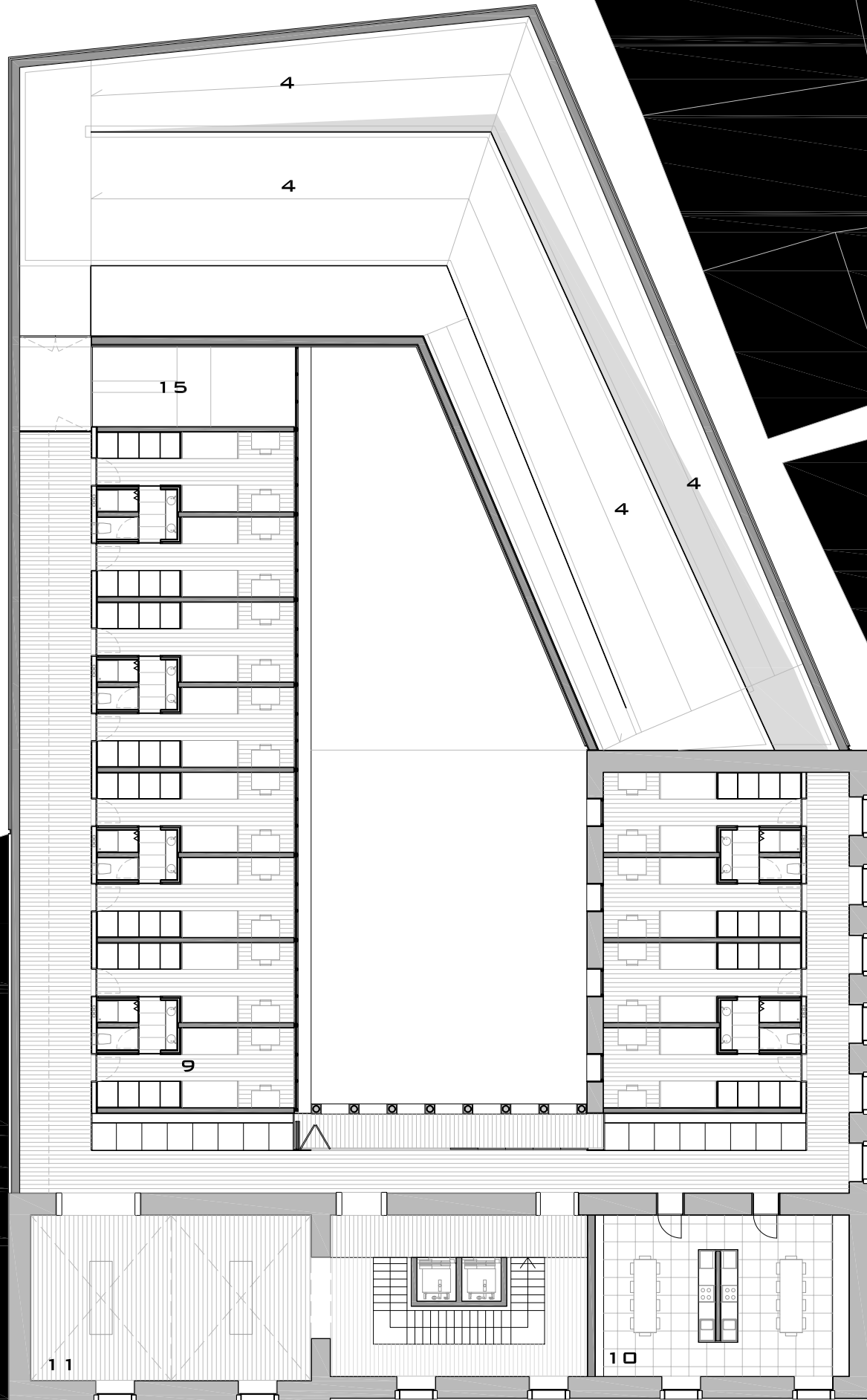
PLANTA PISO 2

Esc. 1/200 Ⓞ 1 5m

19,9

19,1

- 1. RECEPÇÃO MUSEU
- 2. RECEPÇÃO RESIDÊNCIA
- 3. SALA DE ESPETÁCULOS
- 4. ZONA DE EXPOSIÇÃO
- 5. CAFETARIA
- 6. SALA ESCURA
- 7. SALA DE TRABALHO MUSEU
- 8. DEPÓSITO MUSEU
- 9. QUARTO
- 10. COZINHA
- 11. SALA DE TRABALHO
- 12. LAVANDARIA
- 13. BIBLIOTECA
- 14. RESIDÊNCIA DO VIGILANTE
- 15. ESCADAS DE EMERGÊNCIA



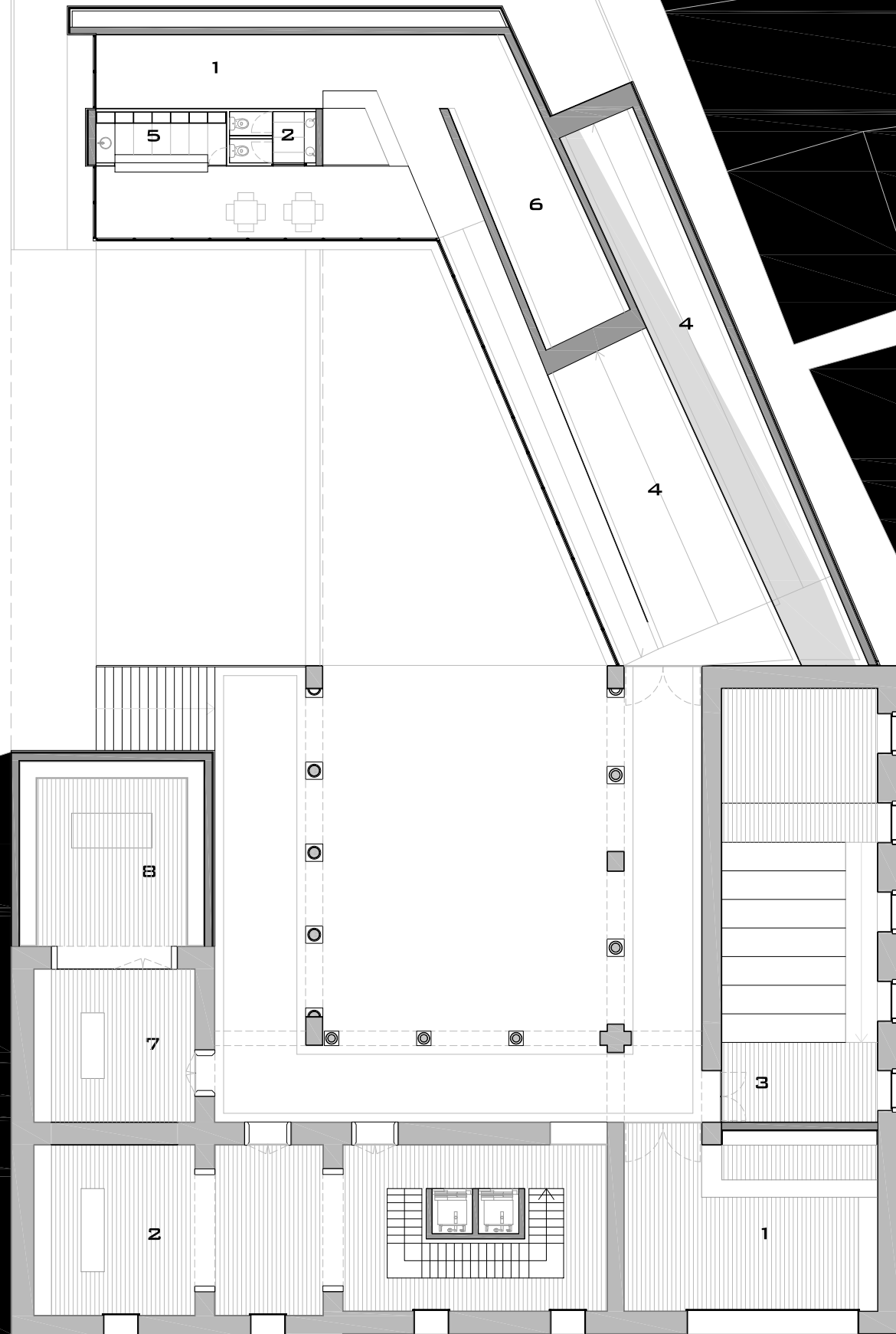
PLANTA PISO 1

Esc. 1/200 Ⓞ  5m

19,9

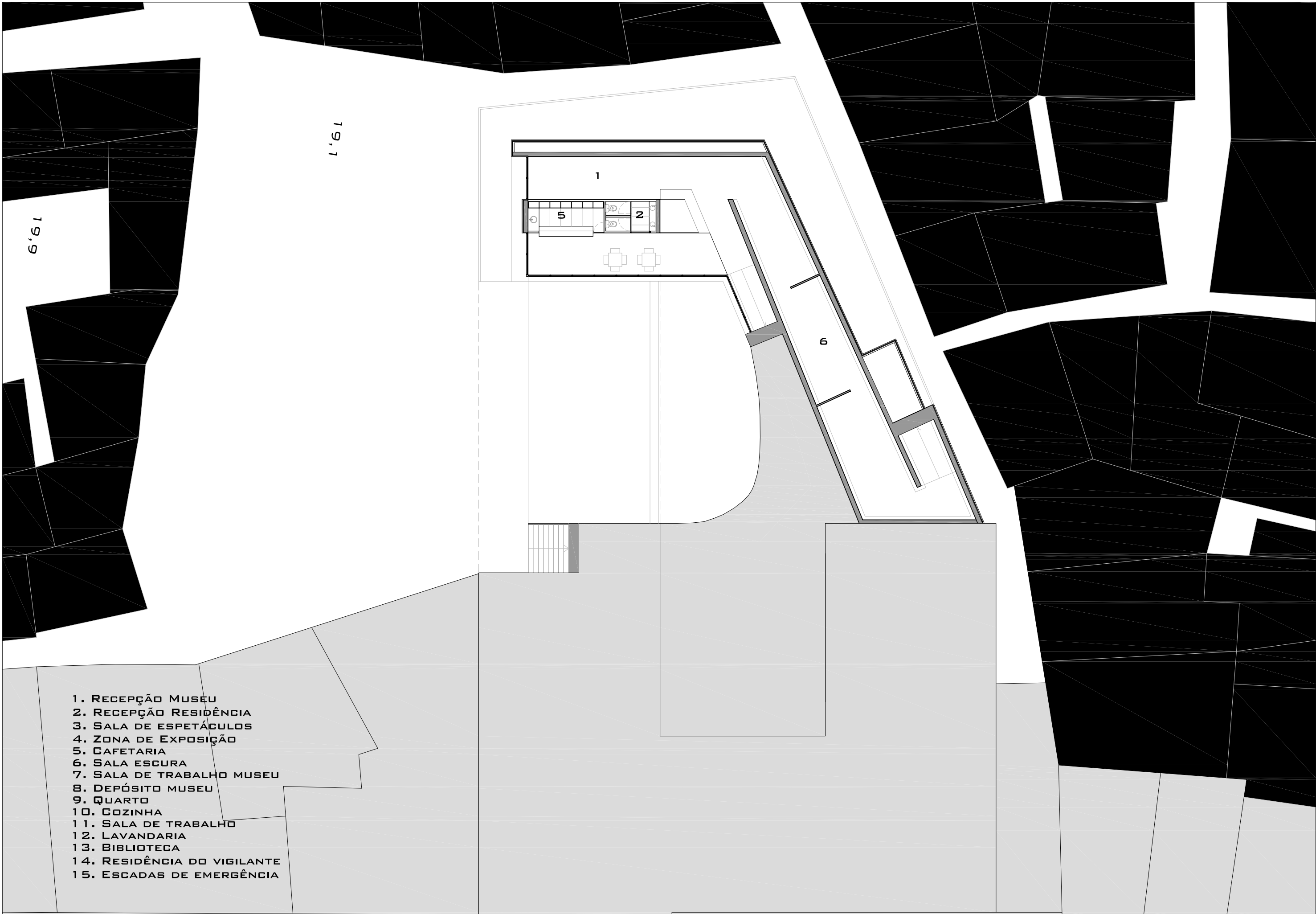
19,1

- 1. RECEPÇÃO MUSEU
- 2. RECEPÇÃO RESIDÊNCIA
- 3. SALA DE ESPETÁCULOS
- 4. ZONA DE EXPOSIÇÃO
- 5. CAFETARIA
- 6. SALA ESCURA
- 7. SALA DE TRABALHO MUSEU
- 8. DEPÓSITO MUSEU
- 9. QUARTO
- 10. COZINHA
- 11. SALA DE TRABALHO
- 12. LAVANDARIA
- 13. BIBLIOTECA
- 14. RESIDÊNCIA DO VIGILANTE
- 15. ESCADAS DE EMERGÊNCIA



PLANTA PISO 0

Esc. 1/200 0 5m

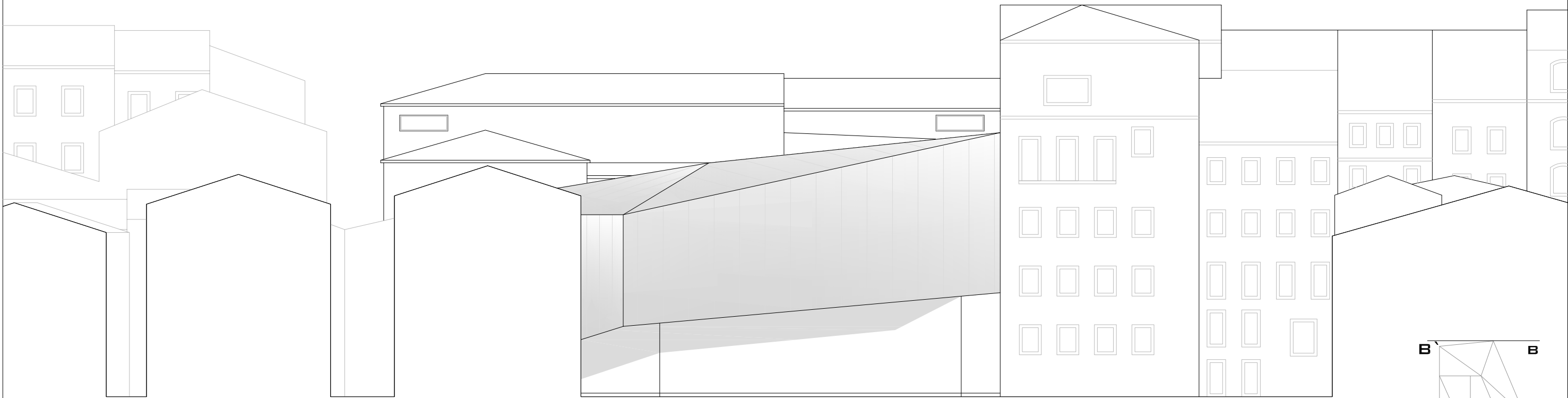


- 1. RECEPÇÃO MUSEU
- 2. RECEPÇÃO RESIDÊNCIA
- 3. SALA DE ESPETÁCULOS
- 4. ZONA DE EXPOSIÇÃO
- 5. CAFETARIA
- 6. SALA ESCURA
- 7. SALA DE TRABALHO MUSEU
- 8. DEPÓSITO MUSEU
- 9. QUARTO
- 10. COZINHA
- 11. SALA DE TRABALHO
- 12. LAVANDARIA
- 13. BIBLIOTECA
- 14. RESIDÊNCIA DO VIGILANTE
- 15. ESCADAS DE EMERGÊNCIA

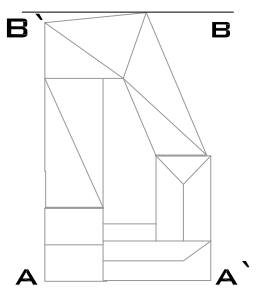
PLANTA PISO -1
 Esc. 1/200 Ⓞ 1 5m



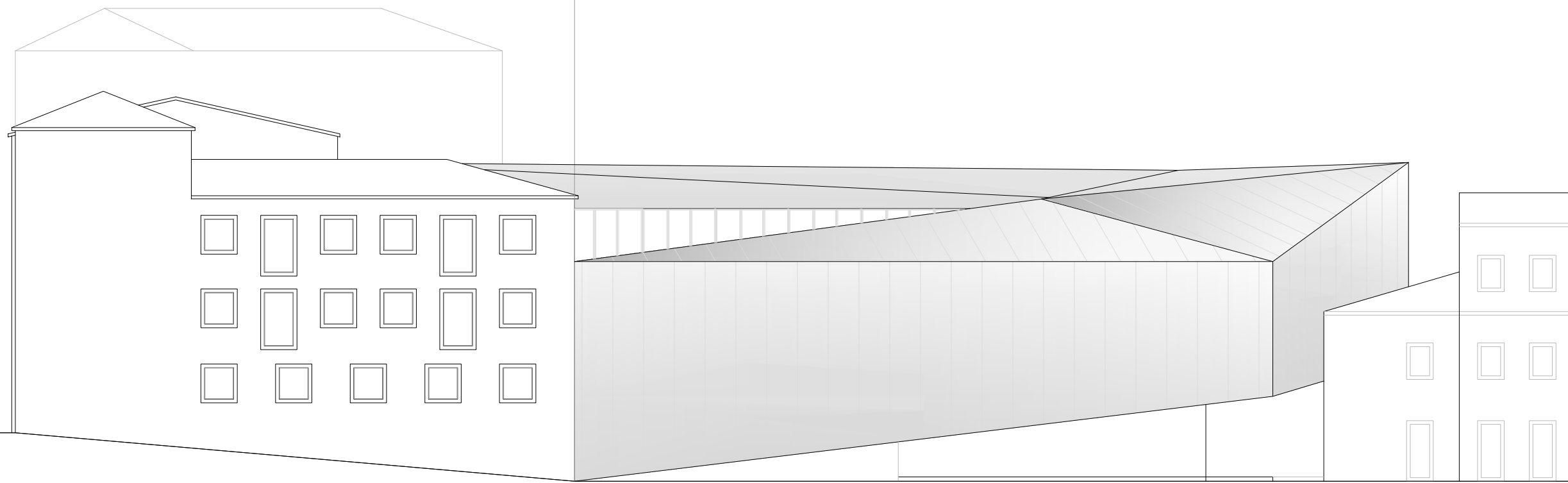
CORTE AA'



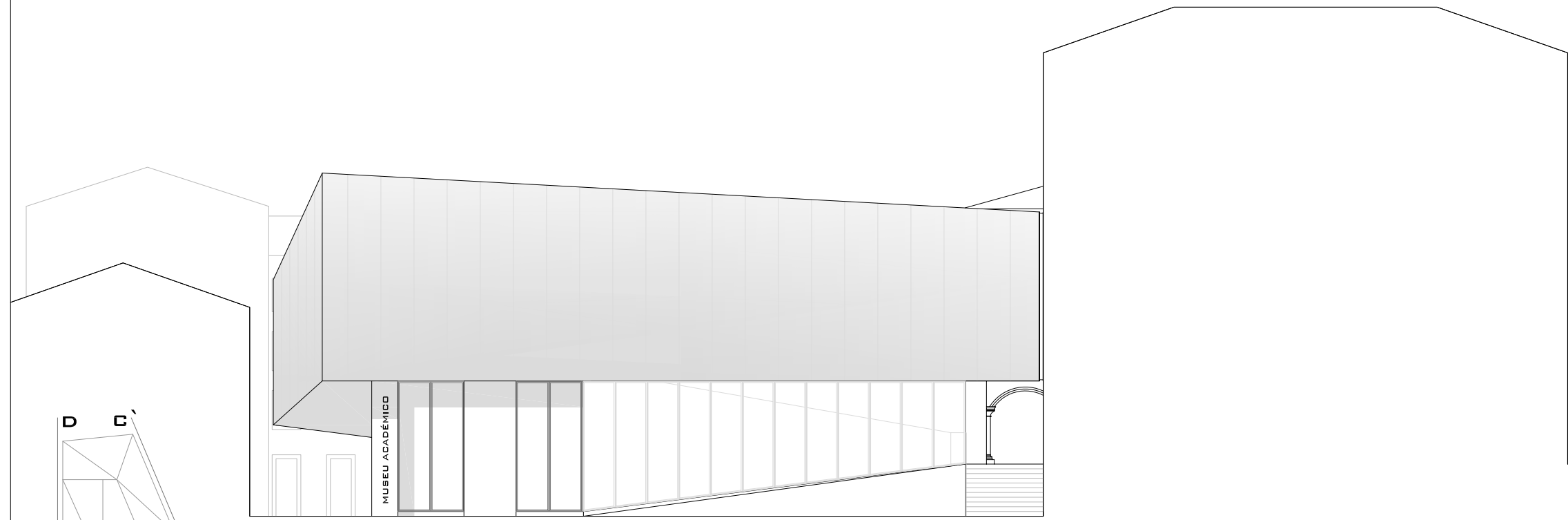
CORTE BB'



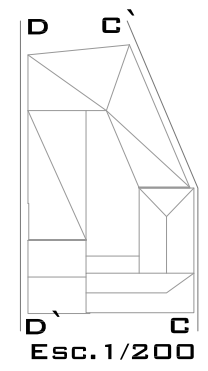
Esc. 1/200

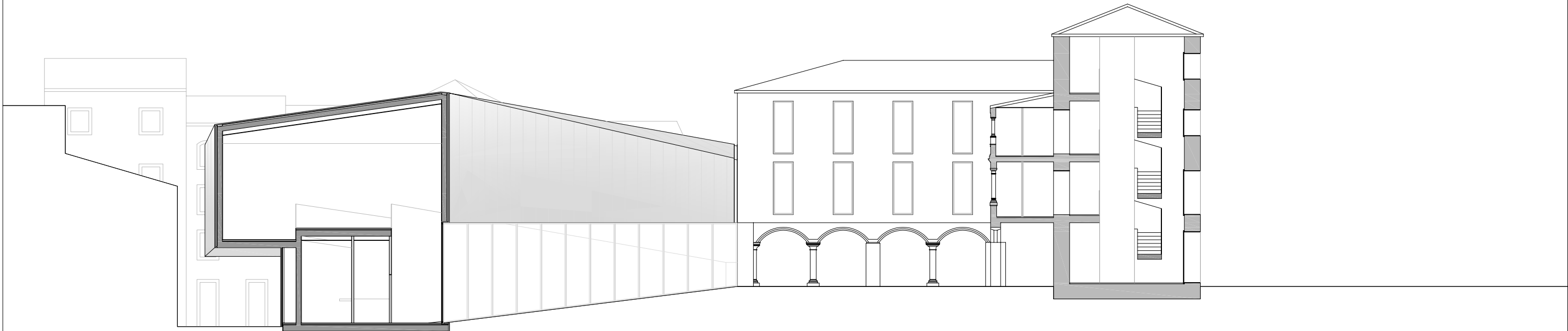


CORTE CC'

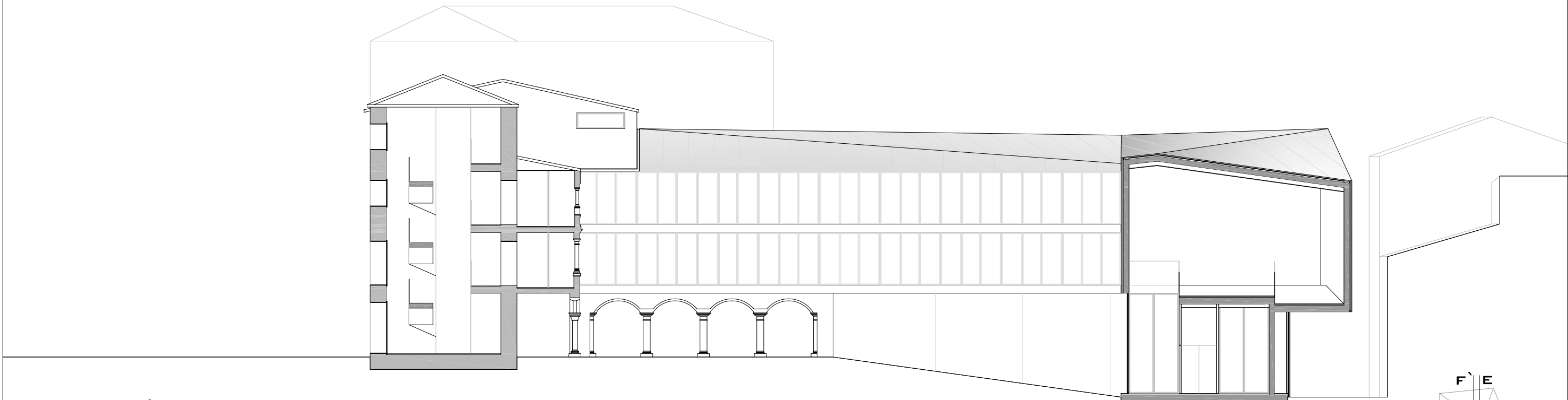


CORTE DD'

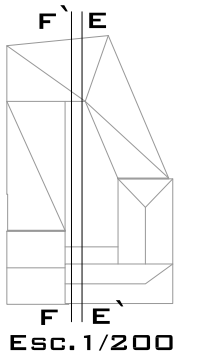


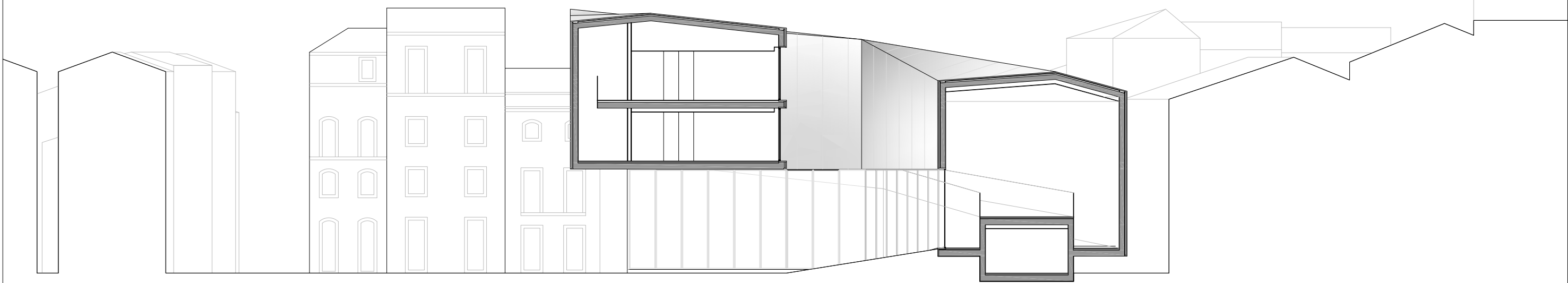


CORTE EE'

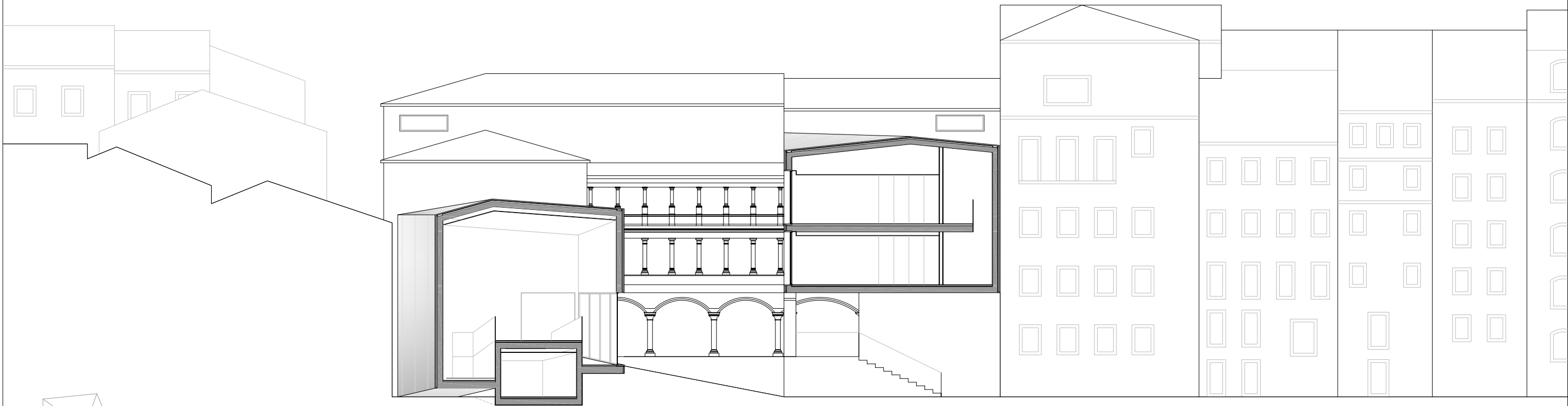


CORTE FF'

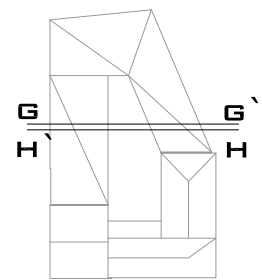




CORTE GG'



CORTE HH'



Esc. 1/200

Conclusão

A questão dos Centros Históricos, foi ao longo desta dissertação anunciada como uma problemática actual que carece de uma intervenção rápida e eficiente. Este é um tema multidisciplinar que exige a participação de diversos intervenientes de diferentes áreas, dos quais se espera uma cooperação de forma a responder às questões partilhadas pelos vários interesses.

O objectivo passa por alcançar um conceito comum, regulador dos diversos projectos, e que possibilite conjugar esforços públicos e privados de uma forma abrangente, que englobe os inúmeros factores e participantes, necessários para intervir num processo de requalificação.

Mais do que de arquitectura, este tipo de processo é marcado principalmente pela ideia de urbanismo, do qual se espera uma resposta capaz de intervir e solucionar as dificuldades que afectam os Centros Históricos.

A elaboração de um projecto de intervenção pode conduzir a uma infinidade de soluções, pelo que deve ser antecedido por um processo de reflexão de forma a assimilar a componente sócio-económica, cultural e física. O

objectivo passa por melhorar tanto a qualidade de vida do cidadão como a própria boa forma urbana da cidade.

Com o estudo do caso particular da Baixa de Coimbra, foi possível identificar muitas das patologias que têm contribuído para o declínio dos Centros Históricos. A sua malha urbana, de características medievais, é composta por um elevado número de edifícios em más condições de conservação, e enfrenta um grave problema de desertificação.

Ao longo dos últimos anos a Baixinha foi perdendo a sua multifuncionalidade, estando neste momento dependente do comércio tradicional, a enfrentar dificuldades, e de um reduzido número de habitantes situados numa faixa etária tendencialmente envelhecida, o que tem conduzido a graves problemas sociais e urbanos.

Motivado pela vertente prática desta dissertação, foi procurado um conceito que pudesse servir de base para um projecto de intervenção para a Baixa. Neste contexto a Praça do Comércio foi identificada como um elemento estratégico no processo de requalificação, com capacidade de contagiar a restante malha urbana.

Os programas do novo Museu Académico e de uma Residência de Estudantes, surgem como uma solução à análise desenvolvida ao longo do trabalho, e com os quais se espera uma resposta precisa às questões levantadas anteriormente.

Este projecto procura evitar um congelamento das estruturas existentes, pelo contrário, busca uma renovação que venha contribuir para as necessidades e expectativas da comunidade, e que possa surgir como promotor da própria identidade da cidade e que contribua para a sua preservação.

No que diz respeito ao projecto, de carácter de estudo prévio, procura a manutenção de parte do antigo edifício, em conjunto com o novo volume proposto, de forma a ultrapassar a intenção de simples restauro, e a contribuir

para uma intervenção que mostre respeito pelo património existente, mas que possa também, contribuir para uma afirmação de contemporaneidade.

Perante esta intenção, foram definidos critérios, que deram lugar a uma análise do conjunto de construções em que se insere o antigo Hospital. Foi feita uma análise crítica entre a planta mais antiga do edifício (levantamento executado em 1779) e o levantamento actual. O objectivo passou por perceber as alterações, ou a descaracterização, que o edifício sofreu ao longo destes anos, o que terá sido uma melhoria, ou um prejuízo para o edifício do antigo Hospital.

Genericamente, os critérios de selecção procuraram distinguir por entre as inúmeras alterações, o que terá contribuído para um melhoramento espacial ou arquitectónico. Ao confrontar a actualidade com a planta de 1779, foram distinguidos os elementos que ainda hoje subsistem, estes foram encarados como partes fundamentais e estruturantes de todo o projecto de intervenção.

Em relação às restantes alterações, na sua grande maioria realizadas ao longo do século XX, foram distinguidas as intervenções que de algum modo contribuíram para um melhoramento do edifício geral, quer seja a nível construtivo ou espacial. Por outro lado as intervenções geralmente de fraca qualidade construtiva, e que apenas contribuíram para uma descaracterização e consequente empobrecimento do edifício do antigo Hospital, foram removidas.

O programa instalado no corpo do antigo edifício procura manter a sua caracterização espacial, bem como adaptar e incorporar os elementos arquitectónicos preexistentes, principalmente as colunas e os arcos.

O objectivo foi integrar o novo volume e consequente programa no antigo Hospital, evidenciado por um notório acto de intervenção, que procura respeitar os elementos arquitectónicos e particularidades espaciais, na tentativa de preservar e potenciar o carácter do antigo Hospital Real. A proposta do novo volume acaba por representar uma intervenção contemporânea, que procura uma constante relação de cumplicidade e integração com o antigo edifício.

A especificidade do programa, procura promover a permanência de pessoas a tempo inteiro, complementada por uma afluência temporária extra, que se espera traduzir num aumento da vida activa da Baixa, e que contribua para o seu desenvolvimento em todas as vertentes.

Ao espaço público urbano cabe também um importante papel, não só pelo reflexo no projecto proposto, mas pelo que representa enquanto elemento presente numa estratégia de requalificação. Diariamente é preponderante na comunicação e interacção entre os habitantes, e contribui para que a cidade seja um organismo vivo, em permanente transformação e desenvolvimento.

Bibliografia

- Almeida, M. Lopes d` _ **Documentos da Reforma pombalina**, Coimbra 1937
- Balsas, Carlos _ **Urbanismo Comercial em Portugal, a necessidade de uma Nova Gestão Urbana**, C. M. Póvoa de Varzim, Lisboa, 2001
- Balsas, Carlos _ **Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades**, Artecomposta, Lisboa, 1999
- Brito, Dr. A. Da Rocha _ **Hospitais Portugueses, N°6**, Lisboa, 1950
- Carvalho, José Branquinho _ **Coimbra Quinhentista, Boletim da biblioteca Municipal de Coimbra**, Coimbra, 1947
- Correia, Vergílio e Gonçalves, Nogueira _ **Academia nacional de belas artes, Inventário Artístico de Portugal**, Lisboa, 1947
- Costa, Alexandre Alves _ **Novas Architecturas versus Architecturas Tradicionais: Que Ambiente Urbano?** Fórum Internacional de Urbanismo, Vila Real, 2000

Cunha, Paulo Sarmiento, *et al.* _ **Porto 2001: regresso à Baixa – consulta para a elaboração do programa de requalificação da baixa portuense**, FAUP Publicações, Porto, 2000

Gonçalves, Jorge _ **Os Espaços Públicos na Requalificação Física e Social da Cidade**, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2006

GROER, Etienne De _ **Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da cidade de Coimbra**, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1948

Lynch, Kevin _ **A Boa Forma Da Cidade**, Edições 70, Lisboa, 1999

Loureiro, J. Pinto _ **Toponímica de Coimbra, Edição da Câmara Municipal de Coimbra**, Coimbra, 1924

Mantas, Vasco _ **Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium, vol. XLVII**, Coimbra, 1992

Martins, Alfredo _ **Cadernos de Geografia, nº1**, Instituto de Estudos Geográficos, F.L.U.C., Coimbra, 1983

Mestre, Victor _ **Arquitectura ibérica N°5 Reabilitação**, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2004

Nunes, Mário _ **Baixa de Coimbra, Uma viagem no Tempo – Actas do 1º encontro sobre a Baixa de Coimbra**, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 1995

Pardal, Sidónio, *et al.* _ **Normas urbanísticas – volume II – Desenho urbano, Perímetros urbanos e Apreciação de planos**, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991

Pessoa, Alberto _ **Hospitais de Coimbra, Imprensa da universidade**, Coimbra, 1931

Portas, Nuno _ **A Arquitectura para Hoje**, Livros Horizonte, Lisboa, 2008

Portas, Nuno _ **Os Tempos Das Formas, Volume I: A Cidade Feita e Refeita**, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2005

Rossa, Walter _ **Divercidade, Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade**, Coimbra, 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Rosmaninho, Nuno _ **O Poder da Arte, O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra**. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, Coimbra, 2001

Santa Maria, Francisco de _ **O Ceu aberto na Terra**, Lisboa, 1697

Simões, Costa _ **Noticia histórica dos hospitaes da Universidade de Coimbra**, Coimbra

SRU, relatório 1º Quarteirão da Praça do Comercio – Cidade de Coimbra, Junho 2008

Urbano, Abel Augusto Dias _ **Projecto de Novos Arruamentos da Cidade Baixa, Comissão de Iniciativa de Turismo**, Coimbra, 1928

URBE - Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção _ **A Gestão Do Centro Urbano: Tomo I**, A Triunfadora, Lisboa, 2002

Fontes das Imagens

- Imagem 1 - <http://www.portovivosru.pt/verNoticia.php?noticia=229>
- Imagem 2 – Fotografia do autor
- Imagem 3 – <http://quintacidade.com/2007/10/29/a-baixa>
- Imagem 4 – <http://www.kerodicas.com/taglisboa>
- Imagem 5 – <http://interata.squarespace.com/jornal-de-viagem/2007/32/portugal-lisboa-os-bairros-historicos.html>
- Imagem 6 – Fotografia do autor
- Imagem 7 - <http://www.bing.com/maps/showupgrade=1>
- Imagem 8 - Fotografia do autor
- Imagem 9 - <http://www.bing.com/maps/showupgrade=1>
- Imagem 10 - <http://www.bing.com/maps/showupgrade=1>
- Imagem 11 – Fotografia do autor
- Imagem 12 – <http://maps.google.pt>
- Imagem 13 - <http://maps.google.pt>
- Imagem 14 - <http://www.bing.com/maps/showupgrade=1>
- Imagem 15 – Relatório de Junho 2008 da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, 1º Quarteirão da Praça do Comércio
- Imagem 16 – Fotografia do autor
- Imagem 17 - Fotografia do autor
- Imagem 18 - Relatório de Junho 2008 da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, 1º Quarteirão da Praça do Comércio
- Imagem 19 – Fotografia do autor
- Imagem 20 - <http://www.bing.com/maps/showupgrade=1>
- Imagem 21 - Relatório de Junho 2008 da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, 1º Quarteirão da Praça do Comércio
- Imagem 22 - Relatório de Junho 2008 da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, 1º Quarteirão da Praça do Comércio
- Imagem 23 - Relatório de Junho 2008 da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, 1º Quarteirão da Praça do Comércio
- Imagem 24 - Relatório de Junho 2008 da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra, 1º Quarteirão da Praça do Comércio
- Imagem 25 - Fotografia do autor
- Imagem 26 - Fotografia do autor
- Imagem 27 - Fotografia do autor
- Imagem 28 - Fotografia do autor
- Imagem 29 - Fotografia do autor
- Imagem 30 - Fotografia do autor
- Imagem 31 - Fotografia do autor
- Imagem 32 - Fotografia do autor
- Imagem 33 - Fotografia do autor
- Imagem 34 - Fotografia do autor
- Imagem 35 - Fotografia do autor

Abel Dias Urbano – 1924/28 – “O projecto de novos arruamentos da cidade baixa”

Ao fazer uma caracterização da baixa, refere a sua importância como bairro comercial e industrial, em crescente desenvolvimento e dotado de uma ímpar localização geográfica. No entanto considera as ruas *“tortuosas, estreitíssimas e mal orientadas, em que o ar dificilmente circula e em que os raios do sol mal penetram.”*⁶³

Feita esta análise Abel Dias Urbano apresenta um projecto de abertura de novos arruamentos, de rectificação das ruas existentes e elevação das cotas dos pavimentos da zona baixa. Este plano visa melhorar as condições de higiene, a estética, a circulação interna, e elevar as cotas das ruas e dos largos, de forma a evitar inundações. Apesar da malha medieval ser rompida e dar lugar a ruas e avenidas de dimensões superiores, *“não se atinge nem se sacrifica, com as demolições necessárias ao rasgamento de novos arruamentos, qualquer edifício de valor arqueológico, histórico ou artístico.”*⁶⁴

Desta forma, Abel Dias Urbano pretendia desafogar os edifícios e monumentos relevantes, destruindo no entanto, a estrutura medieval que os contextualizava.

Luís Benavente - 1936 - “Plano de urbanização da parte baixa da cidade”

O plano de Luís Benavente segue de uma forma geral os princípios de Abel Dias Urbano. No entanto demarca-se no desenho para a praça 8 de Maio, com a proposta de uma via de circulação para a qual confluem todas as outras avenidas. Com o plano nas grandes estruturas viárias, demonstra também pouca

⁶³ Urbano, Abel Augusto Dias _ Projecto de Novos Arruamentos da Cidade Baixa, Comissão de Iniciativa de Turismo, Coimbra, 1928, pg3

⁶⁴ Urbano, Abel Augusto Dias _ Op.cit. pg7

sensibilidade para com a malha urbana existente, nomeadamente pela demolição da igreja de S. Bartolomeu.

E. De Groer - 1940 - "Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da cidade de Coimbra"

Um dos aspectos mais interessantes no plano de E. De Groer foi o conjunto de leis que dividiu a cidade em zonas com caracteres diferentes, quer sejam zonas habitacionais, comerciais, industriais, arqueológicas ou até rurais. O objectivo passava por *"dirigir o desenvolvimento futuro de Coimbra, conservar as suas belezas naturais e históricas"*, e tornar os lugares *"sadios e agradáveis"*⁶⁵, sem descurar *"a individualidade da cidade e a necessidade de conservar os seus monumentos e aspectos característicos..."*⁶⁶

No que diz respeito aos acessos da cidade, tanto os exteriores como os interiores são consideradas primordiais. Na zona mais antiga evita o alargamento desnecessário das ruas existentes, e na zona industrial (cingida pelas duas estações ferroviárias) propõe a abertura de novos arruamentos, alguns dos quais a partir de alinhamentos existentes.

Na parte baixa da cidade é de realçar a abertura de um grande eixo de circulação com início na igreja de Santa Cruz e que seguia até rio. Este fazia a divisão entre duas zonas, a zona industrial, que em certos sítios propunha uma total renovação do edificado, e a zona Comercial, circunscrita à zona mais antiga da Baixa.

Para De Groer o caminho-de-ferro representava um obstáculo, por um lado a linha interferia de forma negativa na zona baixa, e por outro, a estação central congestionava e impedia o desenvolvimento da baixa nessa zona da

⁶⁵ GROER, Etienne De _ Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da cidade de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1948, pg40

⁶⁶ GROER, Etienne De _ Op.cit. pg53

cidade. É então que propõe o recuo da estação a partir da qual surgem os novos arruamentos, e propõe substituir a linha da Lousã por uma ligação feita através de autocarros.

Em relação aos planos anteriores, este demonstra um maior entendimento no que diz respeito a intervenções em zonas históricas principalmente, pela delimitação da cidade a preservar e pela criação de novas zonas de construção, o que denota um maior equilíbrio com a malha existente.

Almeida Garrett – 1955 - “Plano regulador da cidade de Coimbra”

Este plano difere do anterior principalmente na classificação que faz da Baixa, enquanto De Groer propõe indústria na zona situada entre as duas estações ferroviárias, Almeida Garrett propõe uma total ocupação pela zona comercial, desta forma a indústria seria deslocada para um novo pólo no vale de Coselhas e Lordelo.

Em relação à circulação interior é essencialmente constituída por uma nova artéria com início na avenida Fernão de Magalhães, com passagem na Rua Direita (alargada) e que termina na Praça 8 de Maio. O principal objectivo passava por retirar o trânsito da avenida Fernão de Magalhães conferindo-lhe uma nova função comercial.

Alberto Pessoa - 1956 - “Plano de Remodelação da Baixa”

No seu plano Alberto Pessoa classifica a zona sul da Baixa como zona de interesse e de valor arquitectónico, desta forma propõe a sua conservação, em detrimento da zona central para a qual propõe uma total razia.

É também de realçar a crítica que faz da avenida proposta por De Groer considerando-a ofensiva para a igreja de Santa Cruz, que no seu entender o carácter da praça 8 de Maio deveria ser mantido.

São também interessantes os blocos propostos para a marginal, que não sendo contínuos, dá lugar a uma maior permeabilidade de forma a promover uma maior relação entre a cidade e o rio.

Serviços de Obras e Urbanização - 1971/73 - "Plano de Urbanização da cidade de Coimbra"

Durante a década de sessenta, e como alternativa ao plano de Alberto Pessoa, são elaborados vários estudos com o objectivo de limitar ao mínimo as demolições do tecido urbano.

Sem poder afirmar de quem é a autoria deste plano, tem como principal preocupação, a resolução viária da baixa da cidade, patente na construção de um grande silo de estacionamento no terreiro da Erva. Também propõe a demolição da Estação Nova, e conseqüente enterramento da linha férrea, de forma a promover a interacção entre a cidade e o rio. Outro aspecto interessante deste plano foi o abandono da construção da grande avenida central que ligava a praça 8 de Maio ao rio, como era proposto nos planos anteriores.

C.M.C./ Fernando Távora - 1992 - Proposta de intervenção para a "Área Central"

Esta proposta revela uma mudança de atitude na estratégia de intervenção, traduzida na requalificação da estrutura medieval da cidade, na qual é retirada a circulação automóvel, e realçada a importância da protecção e conservação do património.

Anexo V

Para valorizar a zona baixa são criados três eixos pedonais, o primeiro liga a rua Visconde da Luz a rua da Sofia, através da requalificação da praça 8 de Maio, o segundo liga a ponte Santa Clara ao edifício da fábrica Ideal, e por último um eixo de ligação entre a praça 8 de Maio até ao edifício da Cooperativa agrícola.